

# EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT



**A vitória do PT**

**e a crise da**

**"Nova República"**

(págs. 2 a 8, 13 e 14)



*Esta edição é dedicada aos companheiros Valmir, Carlos e William, assassinados pelo Exército em Volta Redonda. Leia nas páginas 9, 10, 11 e 12 o balanço da greve que entrou para a história.*

# A nova cena dos partidos

O furacão eleitoral que virou o sistema partidário de cabeça para baixo.

## CINCO FACES DE UMA GRANDE VITÓRIA

Além de registrar a estrondosa vitória do PT, é preciso registrar as suas principais características.

O crescimento do PT aliado ao movimento contrário do PMDB e à fragmentação dos partidos burgueses operou uma verdadeira revolução no sistema partidário brasileiro. Computados apenas os votos das capitais, o PT já é o partido com mais influência eleitoral do país, com cerca de 3 milhões de votos. Depois, vêm o PMDB (2,4 milhões), o PDS (1,6 milhões), o PDT (1,5 milhões), o PSDB (993 mil) e o PFL (702 mil).

De acordo com dados do Diretório Nacional, o PT venceu em 39 prefeituras (sendo três com coligações onde o PT não tinha o candidato a prefeito) e deve eleger em torno de mil vereadores. Com isto, alterou-se qualitativamente a sua relação com a institucionalidade burguesa, com o estado.

Uma análise em geral dos resultados mostra o sentido classista do voto no PT. Em São Paulo, por exemplo, o PT disparou na frente nas zonas leste e sul, de concentração operária. Em Belo Horizonte, teve cerca de 50% dos votos nos bairros operários do Barreiro e foi majoritário na região de Venda Nova. Em duas grandes concentrações operárias do país, no ABC e no Vale do Aço (MG) eleger sete prefeitos e consolidou sua hegemonia política.

Uma quarta característica: o perfil de votação dado ao partido em 1988 é bem mais equilibrado e referenciado na força real do partido que em 1985. Nenhuma grande explosão inesperada nos flancos: como em Fortaleza ou Goiânia em 1985. Mas crescimento sólido exatamente onde o partido mais acumulou no centro da luta de classes. Foi em São Paulo que o partido obteve a sua vitória mais expressiva: metade dos 30 milhões de habitantes do estado estão sob administração municipal petista. Os resultados do nordeste e norte refletem com precisão as dificuldades da construção do partido na região.



Por fim: frente à crise dos partidos burgueses, o crescimento eleitoral do PT parece estar ancorado em uma coerente identificação partidária. O caso de Diadema, onde o partido venceu com folga apesar da saída de Gilson, é exemplar. A pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo no dia 4 de dezembro é bastante importante a este respeito e confirma outras sondagens realizadas por outros institutos e meios de comunicação.

### Preferência partidária nas 10 capitais (em %)

Partidos	Total ponderado das 10 capitais	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Curitiba	Porto Alegre	Salvador	Recife	Fortaleza	Brasília	Belém
PT	27	36	19	37	15	36	19	12	14	27	15
PMDB	11	9	3	6	16	4	33	15	25	14	14
PDT	10	1	29	2	23	24	4	4	6	9	2
PDS	5	6	2	2	3	4	3	2	4	3	22
PFL	2	1	1	3	1	*	6	14	4	2	3
PTB	2	2	2	*	4	*	2	1	1	*	9
PSDB	2	2	1	7	*	*	1	*	1	2	*
Outros partidos	2	2	4	2	1	2	2	3	2	5	2
Nenhum não tem	39	41	39	11	37	30	30	49	43	38	33

\* Não atingiu 1%

Fonte: DataFolha

## A PUNIÇÃO DO PMDB

O maior deslocamento de forças ocorrido nestas eleições de 1988 foi a queda vertiginosa do PMDB. Não há registro de um naufrágio partidário tão profundo na história política do país.

É preciso lembrar que o PMDB havia eleito, em 1986, 22 dos 23 governadores do país e a maioria absoluta dos parlamentares no Congresso Nacional.

Alguns números da derrota do PMDB. Em 1985, o PMDB havia eleito 20 dos 25 prefeitos das capitais. Agora eleger apenas quatro: em Goiânia (onde ven-

ceu o PT por 2% dos votos), em Fortaleza (onde venceu o PDT por diferença mínima), em Teresina e em Salvador (onde o candidato eleito já declarou que não tem compromisso com Ulysses). A soma das populações das capitais governadas pelo PMDB equivale a cerca da metade dos habitantes de São Paulo.

No estado de São Paulo, o PMDB perdeu em 19 das 20 cidades mais importantes. Na região sul, controlava dez entre as onze maiores cidades. Agora só governa uma delas: Joinville.

## A força dos nulos e brancos

Quase um quarto dos eleitores das capitais (23,5%) votaram em branco ou anularam seu votos no dia 15 de novembro. A porcentagem de votos dados a nenhum partido só perde na história eleitoral brasileira para as eleições em 1970, realizadas em plena ditadura Médici, que contabilizou 34% de nulos e brancos.

Nenhum partido contabilizou um percentual de votos tão elevados nas capitais a nível nacional. É evidente que um/pequena porcentagem de votos anulados corresponde a erros do eleitor, mas o fenômeno tem uma base política: é o voto de protesto, de indiferença ou desesperança tão radical que não foi canalizado nem pelo PT por limitações políticas ou organizativas.

O alto patamar dos nulos e brancos explica dois fenômenos. A queda eleitoral do PMDB foi maior do que a ascensão de votos dos partidos que lhe fazem oposição. O desejo de mudanças é muito mais amplo e disseminado do que um cálculo que contabilize, por exemplo, os votos do PT, PDT e PSDB.

## Radiografia do PDT nas urnas

Na vitória obtida pelo PDT nas eleições de 1988 pode-se perceber com clareza os seus limites e contradições.

Começamos pelos dois mais tradicionais redutos s, Porto Alegre e Rio de Janeiro. No primeiro deles, o partido que era governo, amargou uma dura derrota para o PT: fez 42,71% dos votos em 1985 e apenas 22,5% em 1988. Na capital do estado do Rio, onde foi vitorioso, o PDT obteve o seu menor percentual eleitoral desde 1982. No caso, a redução se relaciona também com o crescimento do PT.

Ampliando um pouco o espectro de análise, constatamos que no estado do Rio de Janeiro, o brizolismo apenas trocou de influência com seus adversários. Se venceu importantes cidades de Niterói, Campos, São Gonçalo, perdeu na Baixada Fluminense, onde controlava as cidades de São João do Meriti e Duque de Caxias. Ao todo, o PDT controla dezesseis prefeituras no estado do Rio.

A ampliação da influência de Brizola em outros estados e regiões ocorre em geral por uma "abertura política para a direita do espectro partidário: é assim em Curitiba, com a candidatura de Jayme Lerner, um ex-pedesista; em Natal e São Luís, onde se apóia em oligarquias locais; em João Pessoa e Florianópolis, onde recebe adesões de candidatos eleitos do PFL e do PDS.

Na cidade de São Paulo, o PMDB cai 20 pontos percentuais em relação a 1985 e foi para o terceiro lugar. No Rio, em coligação com o PFL, fez 4% e ficou em quinto lugar. Em Belo Horizonte, recuou mais de 40 pontos percentuais em relação a 1985. Em Porto Alegre, perdeu cerca de 20 pontos percentuais em relação a 1985. Perdeu em Recife mais da metade de sua base eleitoral.

O naufrágio da legenda arrasta atrás de si as principais lideranças surgidas em 1986: Quêrcia, Newton Cardoso, Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon, Moreira Franco, Álvaro Dias. O PMDB controla ainda os governos na maioria dos estados, tem a maior bancada do Congresso e é o partido que eleger prefeitos no maior número de municípios do país.

Mas a derrota impõe mais crises a um partido em declínio. E Ulysses Guimarães é hoje um anticandidato à presidência da República, como em 1973. Só que sem honra.

# O início de uma crise de regime

*A disputa presidencial ocorre em uma situação que pode levar ao colapso das instituições e leis da "Nova República".*



## A fragmentação dos partidos burgueses

A outra realidade que resulta destas eleições é a fragmentação extrema dos partidos burgueses, contrastando com a avassaladora hegemonia peemedebista produzida pelas urnas em 1986.

Além do PMDB, há pelo menos outros cinco partidos burgueses com certa influência nacional: PFL (vitorioso em Maceió, Cuiabá, João Pessoa, Recife e Boa Vista), PDS (vitorioso em Rio Branco e Florianópolis), PTB (vencedor em Campo Grande, Belém, Porto Velho), PSDB (vencedor em Belo Horizonte e Macapá) e PDT (que analisamos à parte). Além destes, há outros partidos com expressões regionais como o PSB (Manaus, Aracaju), o PDC (Tocantins), o PL, o PJ etc.

Cada um dos seis maiores partidos burgueses tem importantes divisões internas. Qual PMDB: o de Newton Cardoso ou de Arraes? Qual PFL: o que fez frente com o PSDB em Belo Horizonte, com o PMDB em São Paulo ou o que se promete aliar a Brizola em João Pessoa? Qual PTB: o de Jânio ou o de Antonio Ermírio de Moraes? Qual PDS: o de Espiridiano Amim que promete apoio a Brizola ou o de Maluf que procura uma frente contra o PDT e o PT?

Sinal mais evidente da crise burguesa, o fracionamento partidário evidencia a ausência de um projeto político coerente que coesione e dê rumos às classes dominantes. E é aprofundado ao limite por uma profusão de interesses fisiológicos, de interesse pessoal e de horizonte regionalista.

## Pressão sobre os PCs

Se as eleições de 1985 e 1986 já indicavam uma diferença de qualidade entre a influência eleitoral do PT e aquelas do PCB e PCdoB, as eleições de 1988 já começam a refletir uma hegemonia petista no campo da esquerda. Isto é, o PT não apenas cria um abismo de distância entre a sua força e a destes partidos como começa a atraí-los para o seu campo.

O PCdoB deve passar de 22 para cerca de sessenta vereadores em todo o país. De uma participação na Câmara de cinco capitais passou a treze. Não elegeu prefeitos. Onde o partido saiu com candidatura majoritária própria se deu mal; em Porto Alegre, por exemplo, fez a candidata mais votada de toda a cidade mas esta não foi eleita pelo fato da legenda não ter feito o quorum mínimo necessário para a eleição de um vereador.

O alarme de que há uma crise profunda e perigosa instalada, que ela pode exigir a intervenção militar ou até mesmo desbordar em uma revolução socialista foi levado com frequência ao ar nestes últimos dias por lideranças empresariais, políticas e militares das classes dominantes. Revelando susto e medo, salpicadas de impressionismo, elas procuram acionar a sirene do alerta geral.

Para nós, petistas, o que está colocado é um esforço de radical lucidez, uma espécie de "fanatismo da razão". Quando o chão se move assim tão rapidamente sob os nossos pés, cabe perguntar: qual o caráter da crise instalada? Para onde estamos indo? Qual o tempo que dispomos? Que opções e tarefas estão à nossa frente?

### Início de crise de regime

Até agora, temos falado sempre em **crise de governo**. O governo Sarney vive simultaneamente um desgaste social profundo, uma forte instabilidade de bases políticas, uma erosão de sua autoridade, e perda de controle sobre a economia.

Agora, com a reviravolta nos partidos e na correlação de forças produzida pelas eleições de novembro de 1988, falamos do **início de uma crise de regime**. Isto é, crise da forma de dominação burguesa que sucedeu à ditadura militar: o sistema político criado pela "Nova República" está sob a pressão de uma dinâmica que pode levá-lo ao colapso.

Insistimos sempre em distinguir, separar, a transição que ocorreu no Brasil daquela que ocorreu na Espanha, onde não se conseguiu manter com força social uma alternativa de independência de classe. Enfatizamos sempre que a "Nova República" havia falhado redondamente em construir um pacto social. Mas dissemos também que as classes dominantes haviam conseguido manter um forte controle institucional, no primeiro momento com a formação da Aliança Democrática e, depois, com um amplo predomínio de centro-direita no Congresso Constituinte.

Agora é este controle institucional que está em cheque e ameaçado com a ruína eleitoral dos partidos que formaram a Aliança Democrática e o crescimento dos que lhe fizeram oposição, em especial o PT.

Nada mais simbólico: foram exatamente o partido que mais representou a nova Constituição



## SIRENE DE ALERTA

*"O país caminha para o totalitarismo. Partiremos para a revolução socialista ... O Brasil está hoje inclinado no plano da esquerda e não há forças no horizonte capazes de reverter este quadro." (José Sarney, em O Estado de São Paulo, 4 de dezembro de 1988.)*

*"Estamos à beira de uma hiperinflação que pode nos levar ao caos através da convulsão social. Estamos com alguns sinais do caos à frente. Veja, por exemplo, se tivéssemos de parar definitivamente a Companhia Siderúrgica Nacional; se tivéssemos de enfrentar um racionamento ou a falta completa de combustíveis, inclusive o gás. Tudo isso, seguido de uma greve de eletricitários que cortasse a eletricidade das casas. Aí tenho a impressão de que estaríamos com o caos à vista. Nessa hipótese, seria fatal alguma coisa acontecer. Aí eu tenho muito medo." (Jarbas Passarinho, Folha de São Paulo, 20 de dezembro de 1988.)*

*"Se existem grupos que não desejam a evolução democrática, a sociedade como um todo tem que expurgar estes grupos." (Henrique Sabóia, ministro da Marinha, Folha de São Paulo, 29 de novembro de 1988.)*

*"O desemprego e a recessão, aliados ao crescimento do PT, podem dar tumulto." (Antonio Ermírio de Moraes, Folha de São Paulo, 1º de dezembro de 1988.)*

promulgada e seu chefe, Ulysses Guimarães, os mais repudiados pelas urnas. A composição de forças que deu origem à atual Constituição foi aceleradamente ultrapassada pela esquerda. Se fosse eleito hoje, o Congresso Constituinte teria uma composição inteiramente diversa. E o perfil conservador, retrógrado da atual Constituição fica assim exposto, denunciado e repudiado

com o resultado produzido pelas urnas apenas dois meses depois de sua promulgação.

### Duas dinâmicas

Para as classes dominantes, esta dinâmica de crise do regime tem um significado bem preciso. Buscarão com afincado reconstruir a sua unidade. Na impossibilidade ou dificuldade crescente de exercer o controle das greves e deter o avanço do PT, elas procurarão explorar as contradições entre a sua legalidade e o movimento operário, fazendo uso cada vez mais freqüente de medidas repressivas.

Prucurarão identificar o questionamento crescente de seu poder econômico e político à idéia de caos social para criar condições políticas para golpear. E, no limite, confrontadas no centro de seu poder, procurarão fazer uso da violência aberta e generalizada.

A contradição para as classes dominantes tem um sentido estrutural. Elas hoje têm os elementos principais de um plano para fazer face à crise econômica: aprofundamento do arrocho salarial, ênfase nas exportações, privatização de algumas estatais, esquemas de internacionalização da economia via "conversão" da dívida. A força política e sindical já acumulada pelo movimento operário, porém, já representa uma barreira para a implementação deste plano, além dele encontrar resistências em setores políticos burgueses mais progressistas.

Para ganhar força política para implementar aquele plano, econômico, as classes dominantes teriam que obter grandes vitórias eleitorais. Mas a dinâmica eleitoral vai exatamente no sentido contrário ... Programa econômico antinacional e antipopular e hegemonia eleitoral são dois vetores que não se combinam e apontam em direções opostas.

### Instabilidade institucional

A dinâmica da crise do regime para os trabalhadores têm sentido exatamente contrário. À medida em que aumenta a sua força política e sindical aumenta igualmente o grau de contestação ao poder político e econômico da burguesia.

Esta contestação significa um avanço sobre a institucionalidade burguesa, nas brechas do poder burguês. Mas significa também inevitavelmente choques e o desbordamento da legalidade burguesa.

Se a crise do regime é vivida pelo lado das classes dominantes como tentação autoritária — o recurso ao uso generalizado da repressão — pelo lado dos trabalhadores ela é vivida como necessidade de extensão e aprofundamento da democracia. As maiores que se põem em movimento pressionam para a ampliação da liberdade de organização, pelo aumento do controle social, pela maior participação nos frutos da riqueza.

Assim, uma dinâmica de crise do regime de tal natureza estabelece uma pressão simultânea pela esquerda e pela direita sobre as instituições, gerando uma instabilidade institucional.

### Ritmos, alternativas e prazos

O centro da atividade do movimento operário no próximo período deve ser a crise do governo Sarney e a disputa presidencial. Mas os seus olhos têm de estar permanentemente voltados para a crise de regime que se desenvolve de forma combinada.

Há dois grandes elementos que determinam os ritmos, alternativas e prazos para a crise do regime.

O primeiro deles é a evolução da crise econômica. O crescimento alucinante da inflação, a crise financeira aguda do Estado, o fortalecimento dos canais de especulação devem continuar se aprofundando no próximo período. O "pacto econômico" de Sarney, mesmo nos seus tímidos objetivos, está desmoralizado.

O segundo elemento é a disputa presidencial. Ela gerará, sem dúvida, no seu rastro um ambiente de politização como nunca se viu neste país. E as possibilidades de vitória das classes dominantes estão obviamente dependentes do grau de unidades que conseguirem forjar até lá.

Uma vitória de uma chapa de centro direita — PMDB, PFL, PTB, PDS — seria o ideal para as classes dominantes. Seria um ponto de apoio inestimável para elas re a crise do regime e forçar a aplicação de seu plano econômico.

Uma vitória de uma chapa de centro — esquerda — encabeçada por Brizola ou Covas — teria o sentido de desviar o centro da crise do regime, de adiar prazos, de uma momentânea reversão da crise para uma volta com mais força no momento seguinte.

Uma vitória do PT, liderando outras forças populares de esquerda, aceleraria inevitavelmente a deflagração de uma crise aberta de regime. Estaria colocado com muita força até um confronto político de grande envergadura em torno à posse do novo presidente.

Em qualquer das hipóteses, desde já está sendo cobrado do PT um esforço sobre-humano de auto-superação. O que o PT criou já está nas páginas do movimento operário internacional. Mas tudo o que fizemos nestes dez anos parece pequeno diante das gigantescas tarefas que a luta de classe coloca diante de nós.

# SETE IDÉIAS PARA UMA CAMPANHA

*Já está nas ruas a disputa pela presidência da República.*

**1** A candidatura de Lula à presidência da República é o grande instrumento de intervenção do PT nesta nova conjuntura.

Ela já nasce com um sentido de massas, ancorada no sentimento de esperança e autoconfiança popular que a vitória do PT neste 15 de novembro despertou. A idéia de que os trabalhadores devem governar o país deixa de ter um sentido propagandístico e passa a ter uma encarnação real, objetiva, no cenário político do país. Isto significa que esta noção tão cara aos petistas desde o nascimento do partido ganha uma dimensão perceptível para milhões.

É igualmente um instrumento de luta democrática, de intervenção no curso da crise do governo Sarney. O PT deve se movimentar na cena política com o porte de quem disputa com chances a presidência da República, de um partido com pretensão clara de hegemonia. Neste sentido, o partido deve defender com convicção a idéia da renúncia de Sarney — a cujo governo nunca reconhecemos legitimidade — e de convocação imediata de eleições.

**2** A candidatura Lula deve ser o eixo do grande esforço de dar um salto de qualidade na construção do partido.

Ela cumpre o papel de, a partir da força de atração dos centros mais fortes, espalhar a força do partido para regiões onde nossa construção está atrasada. Da cidade para o campo, das capitais e grandes centros operários para as cidades de pequeno porte, do centro-sul para o norte-nordeste, das categorias mais mobilizadas para os setores sociais de menos tradição de luta: é um esforço de horizontalização da influência do partido em todo o país.

Ela requer e estimula a criação de um jornal nacional de massas do partido.

Ela fornece um eixo para a formação de centenas e até milhares de comitês de campanha em bairros, nas fábricas, no campo que consolidarão a futura rede de núcleos do partido.

**3** O grande eixo do perfil político da candidatura de Lula deve ser a defesa de uma democracia radical, idéia que deve vir colada à defesa de um projeto socialista para o país.

O PT deve denunciar com clareza a fonte dos males do país: a "Nova República" perpetuou o controle oligárquico do grande capital sobre o Estado, que o

continua usando como fonte de seus privilégios econômicos e como máquina monumental de opressão das grandes maiorias.

A denúncia da tutela militar sobre o Estado e a luta pelo seu fim deve ser um eixo central da nossa campanha presidencial. Recusar-se a entrar neste terreno de combate é nos colocar numa situação inaceitavelmente defensiva.

O PT deve anunciar com firmeza o seu projeto de democracia: ampliar as liberdades democráticas e a organização popular, em todos os níveis, para aumentar o controle social sobre o Estado, quebrando o seu controle pelos grandes grupos do capital; colocar a política econômica e os mecanismos de intervenção econômica do estado a serviço das grandes maiorias.

É a partir desta trincheira política que o PT poderá travar a guerra político-ideológica contra a direita que o acusará de totalitarismo e de "estatizante".

É a partir dela também que poderemos construir uma sólida diferenciação com uma candidatura Covas (que certamente terá firmes compromissos com o grande capital) ou com Brizola (que certamente firmará compromissos com os militares).

**4** Devemos rechaçar a idéia de que o programa do PT deve conter somente propostas "possíveis e factíveis". O que é o possível de ser colocado em prática? O que é permitido na Constituição conservadora recém promulgada? O que não contraria os interesses do grande capital?

O programa do PT abarcará questões como a dívida externa, a especulação financeira, o poder militar, o poder dos latifúndios, o poder dos monopólios de regularem os preços que lhe dará um sentido claramente anticapitalista.

A candidatura de Lula faz parte do movimento para criar uma nova correlação de forças na sociedade brasileira, qualitativamente diferente deste novo patamar que agora atingimos, de ampliar o horizonte do "possível" a partir do crescimento da consciência e organização popular. O seu programa, devemos esclarecer, exigirá necessariamente o choque com os interesses dos grandes grupos capitalistas.

**5** A construção da candidatura de Lula deve procurar abarcar o perfil das alianças sociais do partido, toda a ri-



queza das várias vertentes do movimento operário e popular.

A idéia de construir além da vice, um ministério da candidatura para a presidência da República ajuda a compor um leque de forças que acolha representações do movimento sindical urbano, do movimento camponês, do movimento negro, do movimento de mulheres, da comunidade científica, dos setores culturais, da educação, das organizações ecológicas.

A candidatura de Lula deve ter a sensibilidade de expressar um leque de movimentos que tem uma amplitude e colorido muito mais amplo do que o próprio partido. E esta amplitude não será criada espontaneamente, exige iniciativa e vontade política.

**6** O PT deve prosseguir as experiências positivas de coligação que conseguiu construir nas recentes eleições em várias cidades.

A construção de coligações será exatamente um dos pontos de força dos candidatos burgueses. O PT, com sua força, é um polo de atração e deve exercitá-lo no campo da esquerda.

A direção nacional do PCB já anunciou a sua disposição de lançar candidatura própria no primeiro turno. O PC do B ainda discute a sua tática. Mas, o certo é que todos os dois terão dificuldades com suas bases já pressionadas para justificar o não apoio a uma coligação com o PT. Da mesma forma, coloca-se o esforço de atrair setores popularem do PSDB, do PSB, além do PV.

**7** O PT deve ir desde já construindo a idéia de que a vitória eleitoral de Lula e sua posse só serão garantidas com uma monumental mobilização popular.

É evidente que uma vitória eleitoral do PT significará impasse institucional. As forças militares e os grandes capitalistas buscarão inviabilizá-lo logo de saída. E seria um erro profundo alimentar a ilusão de que o caminho do PT para o governo do país ocorrerá em uma avenida aberta e sem traumas da legalidade.

A conquista do governo, pela via eleitoral, não se confunde com a conquista do poder, apesar das massas não enxergarem claramente esta distinção. Contudo, uma vitória do PT nas eleições para presidente abriria uma situação de confronto agudo, abrindo um período em que se colocará de forma crescente a luta pelo poder.

# Agora, a construção do PT

*As novas esperanças que o crescimento do PT despertou devem ser canalizadas para gerar um salto de qualidade na construção do partido.*

A grande vitória do PT nas eleições de 15 de novembro, como já se disse muitas vezes, deu origem a um outro país. Mas também deu origem a um outro partido. O PT passa a ter uma outra dimensão, e a ter que tratar os problemas de sua construção em um novo patamar.

O partido tem de se capacitar para realizar boas administrações municipais (e isto para o PT não significa apenas administrações tecnicamente competentes, mas também relações corretas entre o partido, os prefeitos, as câmaras e os movimentos populares). Seu objetivo básico é usar os recursos das prefeituras prioritariamente em benefício das camadas populares e contribuir para fortalecer a organização popular.

Para cumprir este objetivo, a Executiva Nacional já está encaminhando para aprovação na reunião do Diretório Nacional, de 10 e 11 de dezembro, a criação de uma Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, que desenvolverá a política do partido nas prefeituras, nos legislativos e em futuros governos.

**Corremos o risco de que cresça o desequilíbrio entre a atuação do partido nas questões institucionais e sua organização como partido dirigente dos movimentos sociais.**

Mas imediatamente nos damos conta de que estamos confrontados com o risco de que cresça o desequilíbrio que tem marcado a vida do PT, entre o esforço desenvolvido como partido nas questões institucionais (antes de mais nada, nas disputas eleitorais) e sua organização como partido dirigente dos movimentos sociais: em primeiro lugar, no movimento sindical, onde os milhares de ativistas, petistas em geral, não intervêm centralizados partidariamente, mas também nos movimentos de bairros, de mulheres, de juventude, contra a discriminação racial, etc.

É evidente que o crescimento deste desequilíbrio pode levar inclusive à descaracterização do partido, a comprometer de modo irreparável a possibilidade de construção do PT como partido revolucionário. Basta pensar no risco de que

uma parte substancial dos quadros e militantes petistas em vários centros decisivos do partido, como a Grande São Paulo e Porto Alegre, seja trago para os aparelhos das prefeituras.

## Poder aos núcleos

Para que o PT não perca sua característica de partido de lutas, de militância, socialista, isto é, contraposto ao conjunto do aparelho de Estado burguês, tão ou mais urgente do que capacitá-lo para fazer boas administrações é dar um salto de qualidade em toda a sua estruturação. Temos de construir secretarias ou comissões sindicais, de movimentos populares, de mulheres, de juventude, de negros, que possam de fato organizar a militância petista nestes movimentos, e trazer para a vida partidária os ativistas.

Temos de reforçar a organização partidária na base, a partir da recuperação da iniciativa e do poder decisivo dos núcleos e desenvolver outras formas de participação, como plenárias, comissões de trabalho, de modo que os filiados possam, todos, estar organizados em frentes de massa. Temos de garantir que os Encontros municipais e zonais sejam instâncias politizadas de decisão. É claro que esta necessidade já existia antes, e o PT já tinha até mesmo aprovado várias vezes resoluções neste sentido.

Mas o que é diferente agora é que tanto a necessidade, a urgência, são muito maiores, quanto as condições de fazê-lo são muito melhores: *um dos resultados da vitória petista é justamente o de ter reanimado para a militância companheiros que estavam um tanto desgastados, meio distantes, e ter despertado para a vida política ativa gente nova.* Já começa a haver, inclusive, uma pressão sobre o partido para abrir canais de participação.

Além disso, o crescimento da influência social do partido, das bancadas e das cotizações partidárias nos permitirá contar com recursos muito superiores a partir do próximo ano para as tarefas de organização. E a própria campanha presidencial poderá ser um campo fecundo não apenas para a mobilização, como também para a organização.

## Um jornal de massas

É claro que este grande salto de qualidade de que necessitamos na nossa organização partidária tem pressupostos. Um deles, talvez o mais importante, é contar com o grande organizador coletivo (como ensina a boa teoria leninista) que é o jornal do partido. *Não pode haver nenhuma razão que nos impeça de lançar com urgência um jornal nacional do partido, de massas.* Além de contribuir para a organização partidária, de estabelecer um mecanismo ágil de comunicação e de orientação com os militantes e simpatizantes, um semanário de massas do PT tem um grande papel na comunicação do partido com a população, essencial tanto para divulgar as questões das administrações quanto para a campanha presidencial. E um jornal nacional não se contrapõe a iniciativas de jornais estaduais ou de regiões onde o PT conseguiu um grande crescimento, como o ABCD paulista ou o Vale do Aço mineiro.

**Nossa palavra de ordem agora deve ser: fortalecer as direções do partido nos vários níveis, profissionalizá-las, unificá-las em torno de um projeto de construção partidária.**

Outra questão decisiva é a da formação política. Um salto organizativo do partido pressupõe um nível de quadros organizadores maior do que o que temos hoje, capazes de animar os núcleos e plenárias. Nosso nível de formação no PT é ainda muito baixo, apesar dos esforços que têm sido feitos. Mas, felizmente, também neste terreno, contamos com vantagens hoje, como a existência de vários centros de formação animados por petistas, que podem contribuir para este esforço geral do partido. O PT poderá realizar convênios com eles, além de definir o papel específico que suas comissões de formação política desempenharão.

## Recomposição da direção

*Para permitir este salto de qualidade na organização do*



Despertando gente nova para a política

*partido, a questão decisiva é a da direção.* Nossa palavra de ordem agora deve ser: fortalecer as direções nos vários níveis (evitando que sejam trago para as administrações ou para os parlamentos), profissionalizá-las de forma adequada e unificá-las em torno de um projeto de construção partidária. Isto significa retomar, evidentemente, a questão de que as direções executivas têm de ser representativas do conjunto do partido, eleitas, portanto, com base na proporcionalidade das diversas chapas que se apresentarem aos Encontros.

Finalmente, o que é ainda mais importante do que tudo isto: um salto de qualidade na construção do partido não pode se dar de forma "puramente organizativa". Ele tem de ser também um salto político. E a presença do PT dirigindo várias das prefeituras mais importantes do país, a possibilidade real de ganhar as eleições presidenciais, nos chamam a atenção para que ainda temos

uma elaboração política muito precária quanto à questão central para nós, hoje: **qual a nossa estratégia para a revolução socialista no Brasil?** Como as administrações municipais se relacionam com ela? Qual seria a consequência de uma vitória eleitoral do PT na presidência da República e como um possível governo petista se combinaria com as transformações socialistas?

É nesse quadro que temos de situar questões políticas mais "imediatas", como a política nas prefeituras, o programa de governo do Lula, a política de alianças.

Fica claro, com toda esta lista de tarefas, que é muito o que temos de realizar nos próximos meses. Pode parecer demasiado — mas, de certa forma, foi "demasiado" o passo que demos nestas eleições. Já começamos o salto e agora estamos no meio do pulo. E, lembrando novamente: as esperanças que o crescimento do PT despertou significa também novas e imensas energias.

# O teste de no coração do

*Um esboço dos gigantescos desafios administrativos e políticos que o PT enfrentará na maior cidade do país.*

**José Corrêa\***

A vitória de Luiza Erundina no município de São Paulo é o elemento que mais se destaca no balanço eleitoral. Por mais importante que tenham sido outras vitórias em São Paulo e em outros estados, era na capital do estado que se travava a principal disputa desta eleição. É a vitória para o governo do centro político e econômico do país. Representou a destruição das pretensões eleitorais de Quéricia e Maluf na disputa presidencial de 1989. Apresentou o PT como alternativa concreta de governo para todo o país, consolidando uma nova situação política (ver matéria da pág. 3.)

Mas a disputa entre o PT e as forças burguesas pela prefeitura paulistana foi também palco de outra disputa decisiva, esta no interior do PT. Duas linhas táticas diferentes, duas interpretações distintas da orientação aprovada pelo V Encontro Nacional do partido, sustentadas pela maioria da "Articulação" e pelos setores mais à esquerda do PT, pelas propostas de candidatura de Plínio Sampaio e Luiza Erundina, foram confrontadas, e a "esquerda", vitoriosa no embate interno, comprovou na prática a justeza de suas proposições.

A vitória de Luiza Erundina foi portanto a vitória da linha de reafirmação da proposta do PT em toda sua radicalidade, a começar pela figura da própria candidata — mulher, solteira, nordestina, diretamente vinculada aos movimentos populares da cidade. E a derrota de um projeto que, subestimando a relação de forças e o acúmulo dos trabalhadores e do PT e superestimando a solidez do regime, pleiteava a necessidade de alianças mais amplas, sob bases políticas distintas das que até agora sustentamos, apresentando o partido com um perfil mais "digerível" para as camadas médias e mesmo setores do empresariado. É a comprovação da orientação mais correta também para a campanha Lula à presidência da República.

## A vocação majoritária do PT

Não ganhamos só na capital, mas em treze outros municípios do estado, que somados representam 15 milhões de pessoas, metade da população e quase todos os principais centros do estado, principalmente na gigantesca mancha urbana representada pela região metropolitana centrada em São Paulo: a cidade de São Paulo com mais de 10 milhões de habitantes, 640 mil em Santo André, 560 mil em São Bernardo e 320 mil em Diadema. E fora da grande São Paulo, 900 mil em Campinas, 460 mil em Santos e 250 mil em Piracicaba.

Governando as principais cidades do principal estado da federação, o PT tem

agora pela frente o grande desafio de consolidar uma base social quantitativa e qualitativamente mais ampla e política e ideologicamente mais coesa, transformando-se no partido majoritário da sociedade brasileira, ganhar a adesão das amplas massas para sua proposta.

A posição de partida para isso que agora conquistamos é invejável. Somos a força política amplamente hegemônica entre os 17 milhões de habitantes dos 39 municípios da grande São Paulo, com seus 7 milhões de assalariados, que geram 20% do PIB, cerca de 61 bilhões de dólares (somente para efeito de comparação, o de Cuba é de US\$ 15 bilhões e o da Nicarágua de US\$ 2,7 bilhões). E que acumulam gigantescas contradições sociais: 35% da população vive em favelas e cortiços, 50% não tem rede de esgoto e o homicídio é hoje a principal causa de morte de adultos.

A concretização da vocação majoritária do PT é um processo condicionado, de um lado, pela sua capacidade de administrar satisfatoriamente estas prefeituras para o atendimento dos interesses da maioria da população e centralmente a do município de São Paulo e, de outro, pela sua condução da luta política geral, sua capacidade de apresentar uma alternativa credível às massas para a crise que atravessa o país.

Estes são os objetivos definidos pela resolução sobre as prefeituras petistas aprovada em 2 de dezembro pelo diretório regional de São Paulo:

"a) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ao nível do município; b) a denúncia constante das limitações da administração local, apontando-se sempre que os problemas de fundo do povo brasileiro só serão resolvidos se acabarmos com o capitalismo e os trabalhadores forem poder nesse país; c) a abertura de espaços e canais ao nível da administração para que os trabalhadores avancem em sua organização e participem de forma crescente e direta, ao nível do município, das decisões sobre tudo aquilo que lhes diz respeito; d) o apoio da administração municipal às lutas dos trabalhadores contra os governos estadual, federal e contra o capitalismo."

A vitória em São Paulo coloca nosso partido em um patamar de influência potencial, capacidade de mobilização e responsabilidade política qualitativamente superior.

## O cerco dos capitalistas

É importante, porém, qualificar com mais precisão nossa vitória. Como afirma a citada resolução do DR/SP, "a conquista de administrações municipais petistas não significa que os trabalhadores tenham conquistado o poder em seu município e muito menos ao nível do

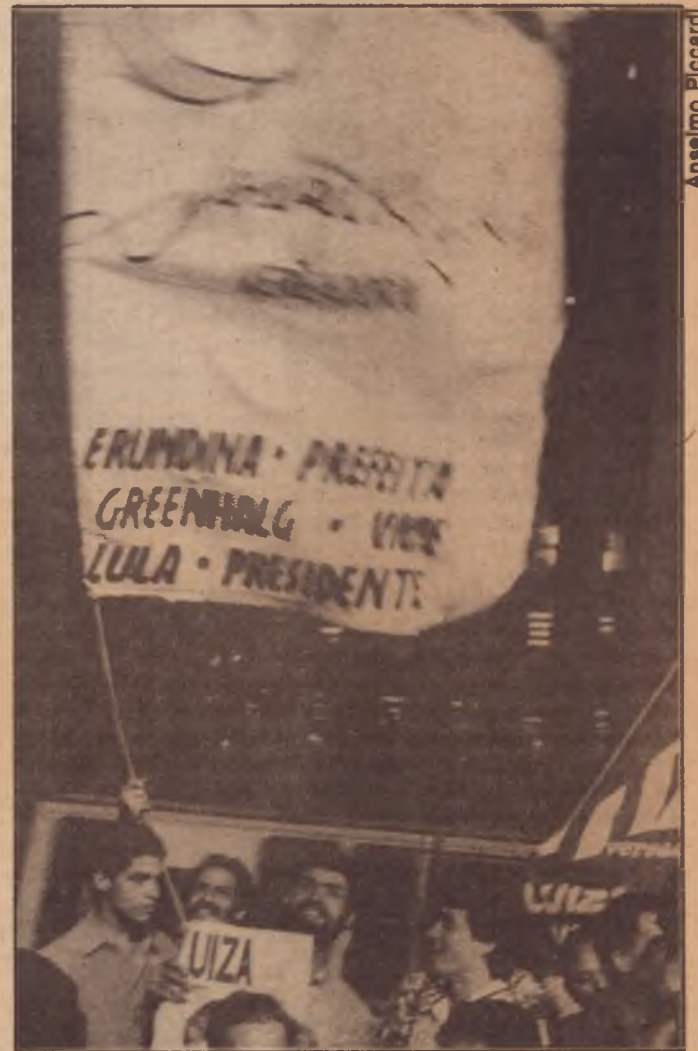
país como um todo. O poder é algo muito mais amplo que uma prefeitura. Implica no controle dos meios essenciais de produção, do aparelho de Estado como um todo e dos meios de comunicação de massa. Estes todos continuam de uma forma ou de outra sob controle direto da burguesia.

"Ao nível do município, o poder local é também bastante mais amplo do que prefeitura. O poder econômico e a força das elites locais, com sua capacidade de coesão da sociedade, continuam existindo, ainda que golpeadas pelo fato de não terem mais em suas mãos o controle do Executivo municipal. Mesmo ao nível dos instrumentos de exercício do poder político local, em praticamente todos os casos teremos uma Câmara Municipal em sua maioria a serviço das classes dominantes e que fará renhida oposição à administração municipal petista."

Na cidade de São Paulo, de um total de 53 vereadores, o PT elegeu 16 (além de dois outros, do PCB e do PCdoB, na coligação "Partidos do Povo", com quem estamos propondo manter uma coligação partidária governamental). O PSDB, com quem teremos uma relação bastante difícil, elegeu 5 vereadores e o PDT 1. Isso significa que Luiza Erundina governará, em qualquer caso em minoria na Câmara, onde já se articula um "centrão", liderado pelos vereadores Brasil Vita (PTB) e Antonio Sampaio (PDS).

Há, portanto, o risco de enfrentarmos um bloqueio legislativo à administração do PT, caso a presidência da Mesa Diretora da Câmara de São Paulo caia nas mãos de algum vereador da direita.

Este é apenas um elemento do cerco que sofreremos. Manobras dos setores capitalistas cuja atividade está vinculada ao espaço urbano (empresários de ônibus e das coletoras de lixo, empreiteiros de obras), pressões dos governos estadual e federal, campanha de desgaste nos meios de comunicação de massa, eis algumas outras ameaças que estarão a nossa espreita.



A festa da vitória...

Anselmo Piccardi

# ser governo capitalismo brasileiro

também evitarmos o reformismo que consiste em apenas melhorar, ao nível local, as condições de reprodução da força de trabalho. Em síntese, significa governarmos dentro do capitalismo, mas fazendo com que a administração municipal petista seja um elemento importante no acúmulo de forças dos trabalhadores e visando a superação do capitalismo”.

## Primeiro ano de governo

A consecução de nossos objetivos à frente da prefeitura de São Paulo passará pelo equacionamento de uma série de questões. A primeira e mais emergencial é a solução do problema orçamentário legado pela administração Jânio. Apenas 10% da receita tributária arrecadada no município fica com a prefeitura (o restante vai para o estado e a união); o orçamento da cidade, em 1988, é de 1,217 bilhões de dólares, nada distante por exemplo do disponível em 1972 para o Chile de Allende (US\$ 1,5 bilhões), mas absolutamente insuficiente para suprir as necessidades da megalópole.

A dívida do município monta a um bilhão de dólares e prevê-se para o próximo ano um déficit de 25%, que pode aumentar muito se for aprovado o orçamento federal enviado ao Congresso por Sarney, que prevê o pagamento de 25% da dívida externa dos estados e municípios em 1989. E há ainda pagamentos atrasados por Jânio desde abril, que atingem a cifra de US\$ 210 milhões, principalmente para com os empreiteiros de cinco grandes obras viárias contratadas pelo atual prefeito e hoje num estágio irreversível (mas incluindo até mesmo dívidas com empresas contratadas para a coleta de lixo).

Além disso, o governo estadual teria que repassar ao município parcela dos serviços e verbas, em áreas como saúde e educação, hoje ainda bloqueados no estado. Com grande parte da receita já comprometida com as despesas correntes, principalmente a folha de pagamentos e correndo o risco de ser reduzida graças às armadilhas que Jânio está deixando, temos uma situação de inflexibilidade orçamentária na qual as dívidas atuam como uma bomba de efeito retardado sobre o primeiro ano de gestão, implicando uma complexa negociação com empreiteiras e governos estadual e federal.

## Reforma administrativa e estatização

Uma reforma administrativa, com a extinção de diversas secretarias e a redefinição do papel de outras, a alteração do funcionamento do conjunto da administração e, principalmente, uma efetiva descentralização da “máquina” da prefeitura é indispensável para conseguir uma real inversão das prioridades. Tal reforma administrativa, entretanto, só será possível a médio prazo, na medida em que o PT tome em suas mãos as rédeas da administração, planeje uma nova estrutura e um novo funcionamento e quebre a lógica inercial da atual máquina administrativa.

Teremos também a médio prazo o desafio de impedir que o atendimento de necessidades fundamentais do povo trabalhador, como transportes, educação, saúde, habitação, continuem sendo fonte de lucro de grupos capitalistas. Garantirmos a estatização destes serviços é conseguir que funcionem com eficiência e dentro de níveis de produtividade adequados, condição para travar um combate político e ideológico às idéias neoliberais e as visões que sustentam que a atividade estatal é ineficiente.

## Participação popular e conselhos populares

A eficácia da administração pública petista esta intimamente ligada aos mecanismos de controle e participação popular que consigamos estabelecer. Este item abarca os problemas de democratização da gestão do Estado na esfera municipal, tanto através da interferência direta da população na administração, mediante canais institucionais de participação (quer sejam setoriais, tipo conselhos de saúde, de pais de alunos, de usuários de transportes, quer sejam gerais, tipo os conselhos comunitários ou de orçamento), quanto através da participação dos funcionários na definição de rumos de empresas estatais, autarquia e repartições públicas.

A democratização das informações, a “transparência administrativa” é uma condição indispensável para isso. E a cooptação ou a integração de lideranças, o desenvolvimento de um método de tra-

balho paternalista e manipulatório o risco maior que corremos. Mas esse é, sem dúvida, um dos pontos onde temos, enquanto coletivo partidário, mais experiências acumuladas (ainda que nem sempre positivas).

A questão mais importante colocada para nós é, porém, a dos “conselhos populares”. A organização de massa, em base territorial, do povo trabalhador das cidades, independente do Estado em todos os níveis, é um desafio de alcance histórico que temos pela frente. Apesar de ainda subsistirem algumas incompreensões sobre este tema, a discussão no partido avançou bastante, permitindo um acordo sobre seu caráter independente do Estado, a definição de sua localização no “campo da sociedade civil”, numa nítida distinção das formas de participação popular, que correspondem à democratização da gestão do Estado.

Sua constituição como poder efetivo, como organismo de mobilização e luta baseado na democracia direta, como um eventual quarto poder está, entretanto, condicionada por vários elementos: o nível de atividade e de experiência de importantes setores do movimento de massa; a possibilidade de centralização dos diferentes movimentos populares hoje setorizados em marcos regionais; a compatibilização disso com as eventuais formas de participação no sentido da democratização da administração, que tende a se transformar cada vez mais na referência política das massas em luta: a capacidade da administração petista, sem deixar de impulsionar sua formação (por-

que só ela terá os meios materiais para isso), preservar a independência real (e não apenas formal) dos conselhos.

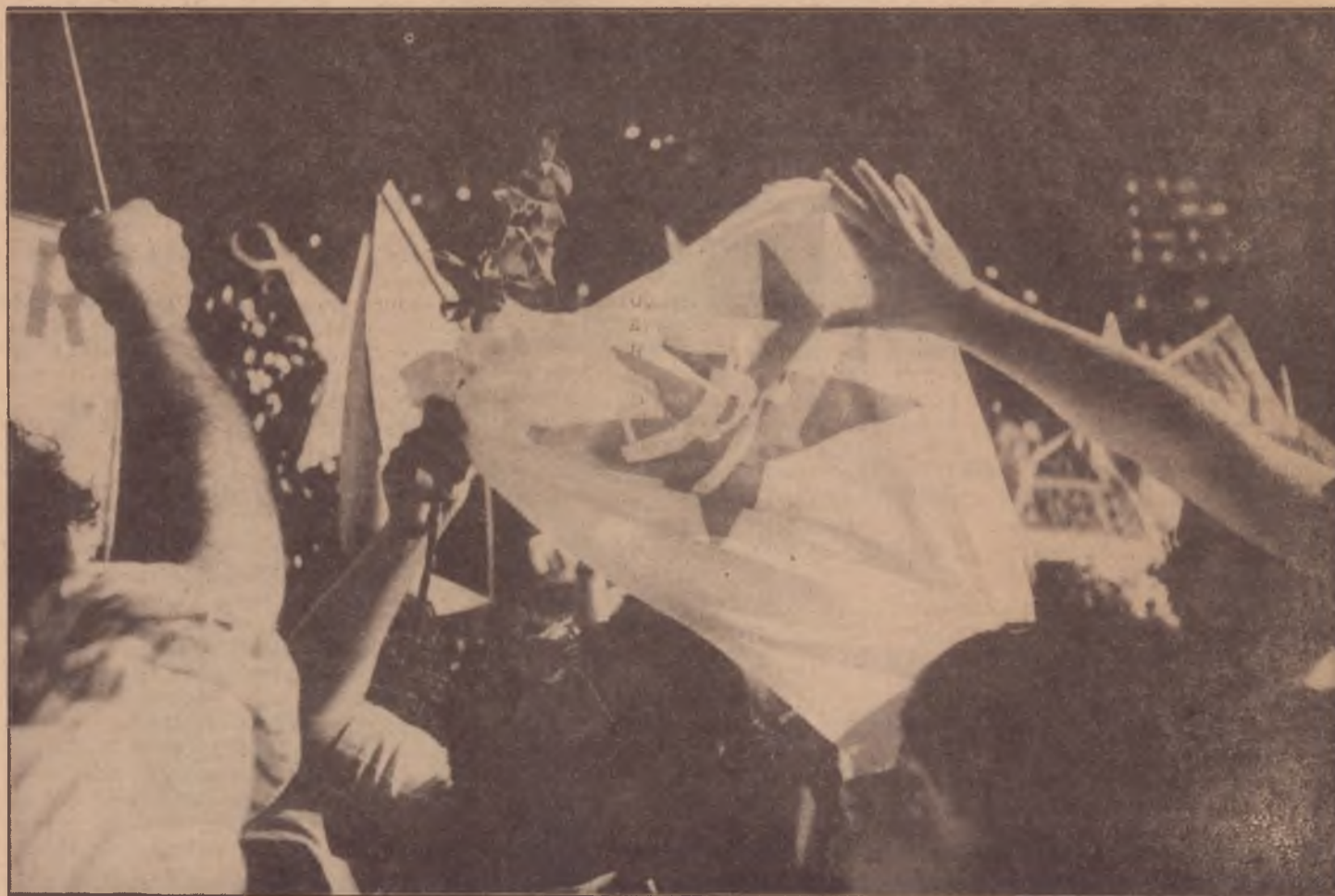
Questão distinta é a de garantir a existência de um manto institucional capaz de cobrir de legitimidade formal e integrar de forma mais permanente tudo isso. A nova Lei Orgânica do município, que cabe à nova Câmara Municipal elaborar, pode vir a cumprir este papel, desde que nossas propostas já tenham sido minimamente implementadas até então e tenhamos força para garantir sua aprovação.

## Reforçar o partido

Temos que dar conta de todas estas tarefas sem descuidar da construção partidária, evitando seu esvaziamento ou sua interpretação com as administrações municipais petistas. Em São Paulo, isso passa também pela reformulação da atual estrutura do partido, dividido em 33 diretórios zonais, nos quais praticamente não existe nucleação, e onde o diretório municipal ainda é uma referência política e organizativa frágil. E por enriquecer a militância hoje diluída na massa dos filiados.

O processo que se abre é bastante complexo, os desafios enormes e da mesma forma os riscos. Mas o que podemos obter merece que corramos estes riscos, nos empenhando a fundo na luta pela vitória das administrações petistas, principalmente na cidade de São Paulo. --

*José Correa é membro da Executiva Municipal do PT em São Paulo.*



... levou quarenta mil pessoas à avenida Paulista

Anselmo Piccardi

**José Dirceu:**

## "Fortalecer o PT para avançar a luta pela democracia"

*Em entrevista a EM TEMPO, o secretário-geral nacional do PT aborda os temas mais polêmicos nesta nova fase da construção do partido.*

— As resoluções aprovadas no V Encontro afirmavam que "é chegado o momento de transformar o PT e dar um salto de qualidade em sua organização." Podemos concordar que o resultado das eleições só aprofundam a necessidade deste salto de qualidade. Quais são as condições agora de impulsionar esta transformação?

**José Dirceu** — Do V Encontro para cá, conseguimos avanços importantes na construção do Partido. Tivemos uma participação bem unificada nas campanhas eleitorais. Tivemos melhoria na imprensa. Avançamos na construção da secretaria nacional de movimentos populares e na secretaria agrária. As resoluções do V Encontro criaram novas possibilidades de centralização da vida do partido.

Agora, temos de fazer um esforço de levar as propostas contidas nas resoluções do V Encontro às últimas consequências. Em primeiro lugar, está o desafio do partido dirigir a atividade dos petistas no movimento sindical. É uma tarefa muito complexa devido à amplitude deste movimento, o peso de sua dinâmica própria. Carecemos sobretudo de quadros que possam se dedicar a esta atividade: o próprio secretário sindical nacional, Luís Gushken, teve a sua militância puxada pelos esforços do partido no Congresso Constituinte.

O segundo passo é a construção de um jornal nacional de massas. Sem este instrumento fica difícil avançar na relação do partido com as suas bases sociais e até avançar na sua centraliza-

ção. E dispomos hoje de influência, receptividade e capacidade financeira para criar logo este jornal de massas.

A terceira medida é o reforço da estrutura partidária, em particular, dos núcleos. Existe até uma deliberação já sobre isso do Diretório Nacional, ampliando a importância dos núcleos na vida do partido. É só realizarmos um esforço conjunto de colocá-la em prática.

Em relação à formação política, temos de realizar alguma melhoria de imediato. Mas um avanço maior só poderá ser conseguido a médio prazo.

**Dispomos hoje de influência, receptividade e capacidade financeira para criar um jornal de massas do PT**

O fundamental é que tenhamos uma idéia clara: não conseguiremos dirigir governos, disputar a presidência da República e dirigir os movimentos sociais sem um grande avanço na construção do partido. Este esforço de construção do PT faz parte inclusive da luta pela democracia. Não consigo conceber o avanço da luta pela democracia sem o fortalecimento do partido.

— Um debate que vem sendo travado nos últimos dias é o da filiação. Se deveríamos ou não estabelecer critérios mais rígidos para a filiação?

**José Dirceu** — Não devemos tomar nenhuma medida de caráter restritiva e

tampouco ter uma visão espontaneista sobre a formação de novas comissões provisórias. Devemos exigir que o novo filiado seja indicado por um petista ou algum núcleo, que contribua financeiramente e participe de discussões sobre o PT. Além disso, devemos fazer um esforço de direção política para que ele participe de algum núcleo ou de uma frente de massas. A filiação de pessoas que tenham mandato ou que tenham sido filiadas a outros partidos deve ser acompanhada por alguma instância de direção do partido.

— Quando o PT elegeu os seus primeiros parlamentares, fez-se uma discussão de como garantir a sua inserção nas estruturas do partido. Agora, que a inserção do PT na institucionalidade sofreu uma alteração de qualidade, que medidas estão sendo pensadas?

**José Dirceu** — Temos três tipos de providências. Em primeiro lugar, foi constituída a Secretaria Nacional de Assessoria Institucional que pretende criar referências comuns para a atuação dos petistas nas prefeituras. Em segundo lugar, a criação de foruns que reúnam participantes dos executivos, diretórios municipais e bancadas de vereadores, no sentido de criar uma maior integração. Por fim, estabelecendo que mesmo o petista que ocupa a gestão de uma prefeitura não deve ter privilégios nem direitos especiais em relação a qualquer outro militante.

— Para terminar, uma pergunta so-



**bre a direção do partido. Como vê as possibilidades de uma recomposição da executiva nacional do PT, levando em conta o peso das tendências no V Encontro ou no Diretório Nacional?**

**José Dirceu** — Estamos abertos para esta discussão. Na última reunião da direção executiva, foi inclusive formada uma comissão para encaminhar e preparar a decisão sobre a recomposição da executiva nacional.

**O desafio está em conseguir uma maior integração das tendências na construção do partido.**

Continuamos críticos a várias práticas das tendências. Por exemplo, na maioria das cidades, cada tendência procurou lançar apenas um candidato, com prejuízo para a votação geral do PT. Agora mesmo, vemos iniciativas que acabam por levar para as administrações petistas as disputas internas ao partido.

O desafio está em conseguir uma maior integração das tendências na construção do partido, sem isto significar que elas devem perder as especificidades e propostas que lhes são próprias. A "Articulação" é uma das tendências e não tem a petulância de querer dirigir sozinho o partido. O sentido pluralista do PT é algo positivo e saudável.

# EM TEMPO:

Quero assinar o EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

( ) Apoio: Cz\$ 5.000,00 ( ) Normal: Cz\$ 4.000,00

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Cep 05414 — São Paulo — SP

Assine EM TEMPO  
Um jornal presente  
na história do PT





# VOLTA REDONDA



## Uma cidadela operária

**1** *Aqui em Volta Redonda vive, trabalha e combate um dos maiores contingentes operários já concentrados neste país num eixo decisivo da economia nacional. Entre as grandes aglomerações urbanas do Brasil atual, poucas são aquelas em que a massa da população está tão profunda e totalmente integrada na luta da classe trabalhadora como nesta cidade proletária de Volta Redonda.*

*Esta não é uma cidade-dormitório subordinada e dependente do que se passa em outros lugares. É a sede da liderança dum poderoso destacamento do proletariado industrial brasileiro — os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A silhueta da usina marca a paisagem urbana, vista de todos os ângulos em todos os bairros. Assim como o perfil gigantesco da fábrica define a imagem e determina a estrutura da cidade, a organização dos metalúrgicos é a coluna mestra e o motor de toda a vida associativa, sindical, cultural e política de Volta Redonda.*

*A começar pelas associações de moradores que congregam basicamente as famílias dos metalúrgicos em seus locais de residência, todos os movimentos sociais pulsam ao ritmo das ações e iniciativas do grande coletivo metalúrgico. Inclusive os sindicatos de trabalhadores rurais (STR), que se desenvolvem no interior dos municípios vizinhos, têm uma referência de crescente força de atração no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.*

*A greve memorável dos 30 mil trabalhadores da CSN — 25 mil empregados diretos da usina mais 5 mil operários das empreiteiras prestadoras de serviços — só poderia ser, portanto, uma luta unida de toda a população. Ela projetou com vigor e nitidez a importância decisiva e o peso político crescente da combativa concentração operária de Volta Redonda não só no Estado do Rio de Janeiro como em todo o país.*

*A cidadela operária de Volta Redonda conquistou as honras e a responsabilidade de centro de gravidade da luta de classes num pólo vital da produção econômica com irradiação política influente e dirigente. Rio de Janeiro, capital Volta Redonda.*

## Uma greve na história

**2** Desde a greve histórica de 1980 no ABC paulista, que desencadeou o processo de ruptura com a ditadura militar e da construção do PT, a greve de novembro-88 de Volta Redonda foi a ação operária de maior impacto nacional: galgou o primeiro plano num cenário de greves em todo o país, atingindo setores fundamentais. Naqueles dias contava-se mais de um milhão de grevistas.

Dezenas de categorias cruzaram os braços, destacando-se os petroleiros (em oito estados) e os eletricitários (em sete estados). Atingiram a dimensão de greve nacional do setor energético. Entretanto, o ódio zoológico da “Nova República” mais se assanhava contra os metalúrgicos de Volta Redonda. Por que?

### Qualidade política

A dimensão alcançada pelo movimento grevista, com a experiência de articulação nacional de petroleiros eletricitários, apesar da ausência de coordenação central e da debilíssima solidariedade a Volta Redonda, desenhava a perspectiva dum possível greve geral.

As greves foram tratadas a nível de primeiro escalão, isto é, sob controle direto dos generais, em Brasília. Os ministros paisanos, como o da Energia, foram desautorizados. Brossard, que dormitava na Justiça, foi mobilizado para inventar um “plano das forças antigovernistas”.

A greve de Volta Redonda foi selecionada pelo estado maior das classes dominantes como alvo principal precisamente pela sua qualidade política. Nenhum outro choque de classe no país apresentava tão fortemente a liderança e hegemonia da classe operária em ascensão no país.

1 — A greve mobilizou amplamente a massa da população. Não era uma greve só da usina, mas de toda a cidade. O grande piquete de mais de duas mil pessoas que se chocou com a PM no portão principal de fábrica, no dia 9 de novembro, era composto de mulheres, moradores, jovens, estudantes e até crianças.

2 — Os metalúrgicos mostraram capacidade de resistir à agressão armada, mantiveram a serenidade e sustentaram suas posições mesmo sob o fogo pesado de tanques e blindados.

3 — No caso da recuperação dos altos-fornos comprometidos pela irresponsabilidade e incompetência da direção da empresa, os metalúrgicos demonstraram qualificação técnico-profissional e capacidade de defender, preservar e dirigir a usina. Foi um golpe político no entreguismo de Sarney que quer “privatizar” a CSN, isto é, entregá-la a um trust imperialista do tipo United States Steel ou Bethlehem Steel.

4 — A defesa de Volta Redonda passou às mãos do povo (vide o abraço à usina) sob a direção operária. É uma campanha que começa como fruto da greve e está imbricada na batalha política contra a dívida externa.

Estes pontos principais aqui resumidos já bastam para mostrar que a avaliação da greve de Volta Redonda ultrapassa qualquer análise economista, meramente corporativa, limitando-a às conquistas salariais, e anula a provocação sensacionalista e policial de transformá-la em ensaio de “guerrilha urbana”. A greve dos metalúrgicos de Volta Redonda é um exemplo brasileiro de transformação da luta econômica em luta política. Este é o grande avanço.

### República do Urutu

O assalto armado aos trabalhadores em greve por seus direitos usurpados mostra que esta velhíssima “Nova República” é, de fato, a República do Urutu. A sanguinária burguesia “nacional”, tão submissa aos banqueiros americanos, trata os trabalhadores brasileiros como inimigos.

Funcionou, de fato, uma disposição secreta (continuação dos decretos secretos da ditadura militar), guardada pelo SNI como “diretriz interna”, há muito tempo aprovada por Sarney, autorizando intervenção militar “em caso de grave perturbação da ordem”. Não deu para esconder que Sarney foi colocado diante dum fato consumado. Autorizou no escuro e, depois, teve que engolir o prato feito na tigela militar.

Ministros civis e generais calcularam que com o Exército dentro da fábrica e os fornos funcionando iriam liquidar rapidamente a greve. Este erro de cálculo — um erro político crasso — quase acaba com os altos fornos, afinal salvos e recuperados pelos trabalhadores que surgiram diante da opinião nacional como os autênticos e competentes defensores do patrimônio nacional.

A valente luta extraparlamentar incidiu poderosamente em toda a movimentação político-eleitoral. Coesionou os trabalhadores e deu-lhes autoconfiança, alertou as camadas populares, abriu os olhos da classe média empobrecida, confundiu e desmoralizou os demagogos eleitores das classes dominantes. Um impacto nacional que lubrificou os canais políticos da vitória do PT nas eleições municipais.





# Uma vitória política

*Os operários voltaram com as conquistas econômicas nas mãos e a dignidade de classe nas consciências.*

**O** balanço da greve — uma elaboração da experiência de combate feita pelos próprios trabalhadores — começou na assembléia decisiva que determinou as condições para a volta ao serviço. Diz em seus trechos e argumentos principais:

“A disposição dos metalúrgicos foi e ainda continua inabalável. Perdemos três companheiros. Tivemos dezenas de feridos, mas marcamos uma página na história da luta operária em Volta Redonda.

Os metalúrgicos com a greve mudaram a fisionomia do país. Podemos dizer que o início de sérias transformações no Brasil se deu com o movimento de Volta Redonda. As mudanças nasceram aqui.

São 17 dias de greve. Podemos ir além. Temos fôlego para mais alguns dias. Entretanto, sabemos que daqui para frente não haverá mais ganhos. Podemos dar mais prejuízo à Empresa, porém, sem nenhum lucro econômico ou político para os metalúrgicos e para a nossa causa.

Fomos até onde manda o bom senso. Dominamos a fera, mas não podemos matá-la. Ferimos o adversário, mas ainda não podemos destruí-lo.

Segurar a vitória, conservar as forças para novas arrancadas é demonstração de inteligência política.”



## Experiência enriquecida

Os metalúrgicos de Volta Redonda já tinham acumulado um rico arsenal de experiência em várias greves anteriores. Com esta base, podiam prever com bastante segurança a que medidas e provocações a empresa iria recorrer. Não tinham dúvidas sobre a convocação da tropa militar. Foram afinando, de uma greve para outra, os meios de comunicação entre os diversos setores no interior da fábrica, aprimoraram as medidas e precauções para a manutenção e preservação do equipamento, cuidaram com precisão de detalhes da vigilância interna das comunicações com a estrutura sindical, imprensa, assistência jurídica, bem como dos operários e suas famílias. A diretoria foi para dentro da usina. De lá comandou a greve.

Havia uma tendência a esperar pelo dia 15, por causa das eleições, pois o presidente Juares era candidato a prefeito (e foi eleito disparado na frente pelo voto operário). Mas se descobriu que o Tribunal Superior do Trabalho ia entrar em recesso no dia 10. Só dava tempo de julgar o dissídio dos petroleiros.

A experiência anterior ajudou a driblar a empresa sobre a hora da greve. Se comessem às 16 horas, como anunciado na assembléia, dariam tempo para a ocupação militar prévia da usina. A greve come-

çou ao amanhecer de 2.<sup>a</sup> feira, dia sete de novembro.

## Nervo político do acordo

Basta considerar a ordem da apresentação dos itens do acordo para perceber o alto teor político de toda negociação. “Arrancamos o dinheiro”, comemorou o boletim do Sindicato. Mas nenhuma assembléia operária em Volta Redonda se acomodaria apenas com um aumento salarial. Em primeiro lugar, veio a readmissão imediata do pessoal demitido nas greves anteriores. Esta era questão de dignidade operária e solidariedade de classe. A CSN deve aprender que greve não é justa causa para demissão de funcionários. Em seguida, o pagamento da URP congelada de julho com a de novembro.

Especial relevo cabe à conquista do turno de 6 horas. A redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário é parte da política operária contra o desemprego. Além dos 70 readmitidos, a CSN deverá preencher 2.100 novos postos de trabalhos. Foram-lhe concedidos 90 dias para selecionar e treinar os futuros metalúrgicos. Nesse meio tempo pagará 90 horas extras mensais para o pessoal do turno.

Outro item de conteúdo político com expressão em dinheiro é o compromisso da CSN de indenizar as famílias das vítimas da repressão. O cálculo será feito na Justiça.



Com isso, o patrão se confessa culpado. Em seguida, depois de toda a série de cláusulas políticas, a conquista econômica, definindo o aumento sobre o salário-base, o abono de 30 mil até a data-base em 1.<sup>o</sup> de maio, quando se discute tudo de novo.

Já no fim da assembléia, um metalúrgico gritou que “não dá para voltar com os soldados lá dentro”. Assim nasceu a última e principal exigência vitoriosa da greve: a tropa militar tem que sair antes do retorno ao trabalho. O prazo ia até às 16 horas. Os soldados saíram às 13:30.

## A luta continua

Além dum programa de discussões, avaliações e seminários sobre a greve, os peões de Volta Redonda estão cuidando das seguintes iniciativas:

## Inquérito sobre o massacre.

A experiência dos bóias frias de Leme mostrou aos grevistas que não se pode deixar os inquéritos por conta da polícia. Assistido pela OAB, que já ouviu mais de 50 pessoas, o Sindicato mantém um inquérito independente.

## Exposição de bicicletas, motos, fotos e documentos.

Será um documentário sobre a greve, mostrando a fúria do assalto militar. A exposição poderá ser levada a outros pontos do país. Está em estudos.

## Monumento aos mártires.

É um compromisso assumido pelo prefeito eleito e pela diretoria do Sindicato no grandioso desfile de Vitória. A partir daí está cogitada a formação duma comissão nacional e duma campanha em âmbito nacional. O proletariado brasileiro honrará seus mortos.

## DEPOIMENTO

*Não foi uma greve como outra qualquer.*

*O Exército era o de sempre. As forças de repressão cumpriram o papel de proteger os interesses patronais de classe.*

*Os trabalhadores é que mudaram. Dissemos não. Mantivemos a greve. Mexemos com o Brasil inteiro a despeito dos assassinatos e da baderna promovida pelos invasores armados até os dentes. Restabelecemos a nossa ordem. Ocupamos a cidade enquanto o Exér-*

*cito e a Polícia Militar se encolhiam dentro da usina. Exigimos a saída dos militares da usina antes de entrarmos nela de volta. Assim a baderna teve um fim e mantivemos a mesma força e luta. Experimentamos o poder de ditar algumas ordens aos patrões.*

*Nós, trabalhadores, aprendemos com a nossa luta que o poder dos trabalhadores não é apenas um sonho, mas pode ser realizado plenamente e oferecerá uma alegria maior para toda a população.*

*Rumo ao poder dos trabalhadores!*

*Viva o Partido dos Trabalhadores!*

**Vanderlei Barcelos** foi eleito o vereador mais votado do PT de Volta Redonda e é diretor de base do sindicato dos Metalúrgicos.

*Os artigos de cobertura e análise da histórica greve de Volta Redonda foram redigidos por Isaac Akcelrud, com a ajuda dos companheiros de Volta Redonda.*

# Os governos do PT e a luta contra a opressão das mulheres

*A presença do PT em algumas das prefeituras mais importantes do país coloca a possibilidade de criar, a nível institucional, uma importante força de combate à discriminação das mulheres.*

**Tatau Godinho\***

Um dos maiores desafios para as administrações petistas é a integração no seu projeto de governo de uma política contra a discriminação das mulheres. O acúmulo no PT em relação a esta questão não corresponde ainda a uma integração efetiva no conjunto do partido, se não dos diferentes aspectos do feminismo, pelo menos da importância da luta contra a opressão e discriminação das mulheres.

No entanto, o PT, pela sua influência nos setores mais ativos do movimento de mulheres, em função de sua proposta de representar politicamente, organizar e dirigir a luta dos diferentes setores oprimidos, e pela presença das mulheres organizadas no partido, será cobrado em suas administrações a desenvolver uma política que dê respostas às necessidades e aos interesses das mulheres.

A primeira questão a ser enfrentada é a compreensão da necessidade de se ter uma política específica em relação

## Ação planejada

Em algumas áreas importantes, a ação do Estado pode incidir diretamente sobre a situação da mulher. É o caso, por exemplo, das políticas públicas que ataquem a questão do trabalho doméstico e das condições de controle da mulher sobre seu corpo. Na primeira área a construção de equipamentos sociais — creches, lavanderias, restaurantes ou cantinas públicas. No segundo aspecto, as mudanças na política de saúde. Vários outros exemplos podem ser levantados, na área da educação primária que é de responsabilidade municipal, na política de abastecimento, no atendimento às mulheres vítimas de violência etc.

Embora haja algumas áreas onde a atuação específica das políticas públicas incidem mais diretamente sobre a situação da mulher, é preciso ter claro que uma política antidiscriminatória só pode ser efetiva se incidir nos diferentes setores da administração pública, garantindo uma alteração na perspectiva geral dessas administrações, a partir de uma visão de conjunto das diferentes formas como se manifesta a discriminação das mulheres e os mecanismos de sua reprodução.

A elaboração de uma política em relação às mulheres coloca a necessidade de criação dos instrumentos de globalização dessa política, de uma estrutura a nível do executivo com poder de planejar, executar e coordenar, em conjunto com os outros órgãos, os aspectos das políticas públicas que incidem sobre a situação da mulher na sociedade.

## A resposta da burguesia

A partir do início da transição burguesa, os governos da “Nova República”, em parte pressionados pelo setor das mulheres organizadas no PMDB, e buscando ampliar as bases de sustentação social do governo e “modernizar” sua forma de dominação, constituíram, a nível nacional, em vários Estados e municípios, os “Conselhos da Mulher”.

Os conselhos são estruturados como órgãos de assessoria do executivo, mas sem qualquer poder real de interferência na elaboração e execução das políticas públicas. Na maioria das vezes são apêndices da Casa Civil dos governadores ou dos gabinetes dos prefeitos. Não existe uma delimitação de sua área de atuação e decisão, própria ou em comum com as outras secretarias de governo. Em geral não têm qualquer autonomia administrativa e financeira

e, na maioria das vezes, nem mesmo um quadro funcional ou estrutura de funcionamento próprios. Sua atuação se reduz a *fazer sugestões* ao executivo e, principalmente, desenvolver a propaganda da modernização da política burguesa em relação às mulheres.

Na medida em que os conselhos não têm um papel político efetivo na determinação das políticas públicas, sua constituição com representação na sociedade civil e dos movimentos sociais



se transformam de fato numa relação demagógica de suposta participação da sociedade. Além disso, a ambigüidade de sua estruturação, de órgão do Estado que integra setores da sociedade civil, cria confusão com as estruturas autônomas de organização da população que fazem parte da proposta do PT (a autonomia dos movimentos, os conselhos populares etc.)

## As administrações petistas

Se a criação dos “Conselhos da Mulher” significou o reconhecimento, a nível institucional, da discriminação das mulheres, sua atuação real não significou a criação de mecanismos e políticas que possam criar condições de alterar a condição das mulheres. O PT pode e deve romper os limites dessa política institucional demagógica que caracterizam a política atual do Estado em relação às mulheres.

O elemento fundamental para se desenvolver uma política que atenda às necessidades e aos interesses das mulheres, é a decisão política de integrar

esta questão às prioridades de governo, criando as condições para o desenvolvimento de uma política antidiscriminatória.

É a partir de uma avaliação dos limites dos “Conselhos da Mulher”, e avançando na compreensão da necessidade de implementação de políticas públicas específicas, da exigência de globalização dessas políticas e da certeza de que isso não pode ser implementado sem a construção de instrumentos que garantam sua presença no programa geral de governo, que se coloca a criação de uma **Secretaria Especial da Mulher**.

A criação de uma estrutura equivalente às secretarias de governo, participando em pé de igualdade na formulação das políticas governamentais, com autonomia administrativa e financeira, significa a possibilidade efetiva de formulação de diretrizes, elaboração, execução e coordenação de políticas em todos os níveis no âmbito da administração pública direta ou indireta, que atendam às necessidades das mulheres.

## Programa global

As políticas referentes à mulher se desdobram em várias áreas da administração (Educação, Saúde, Promoção Social etc). É necessário, portanto, organizar a relação com as diferentes secretarias para que não se isole os aspectos relativos às mulheres desenvolvidos em cada das áreas da administração pública e para assegurar que esses programas específicos estejam integrados e articulados num programa global de combate à discriminação.

Sem minimizar as dificuldades de implantação de uma proposta desse tipo em função das necessidades de readaptações na estrutura do executivo, nas definições do orçamento, na reorientação do pessoal cumpre observar que as principais dificuldades são sem dúvida de ordem política.

Pela inexistência de experiências anteriores, pelas debilidades da compreensão da opressão das mulheres e da incorporação do feminismo pelo partido, qualquer proposta que signifique dar algum nível de prioridade real à questão das mulheres não será vitoriosa sem um forte combate político. Neste quadro, é fundamental o reforço da organização das mulheres dentro do PT e a sua articulação com o movimento de mulheres.

\* *Tatau Godinho integra a Executiva Estadual do PT em São Paulo.*

## Belo Horizonte

## Um crescimento sustentado

*Belo Horizonte foi literalmente polarizada meio a meio.  
E o PT consolidou a sua posição de maior partido da cidade.*

## Tomás Matta Machado

Uma grande votação (338.414 votos e um percentual de 32,48% do total), uma pequena diferença do prefeito eleito (apenas 2,5%) e a maior bancada de vereadores da cidade (nove eleitos em 37 vagas). É um gigantesco avanço do PT; em 1982, o partido elegeu dois vereadores; em 1986, obteve 8% de votos na capital.

Este resultado é, antes de tudo, conseqüência de enormes avanços do movimento operário e popular nos últimos anos. Todos os sindicatos importantes da cidade estão hoje sob a direção da CUT. É reflexo também de vitórias na construção do partido: entramos com um profundo grau de unidade no processo eleitoral. E, por fim, do clima de mobilização contra o governo Newton Cardoso existente na cidade, onde os petistas têm um papel de liderança.

Mas, por que o PT não ganhou?

Há dois fatores importantes. Em primeiro lugar, a recusa dos partidos de esquerda em aceitar a proposta de coligação feita pelo PT. Os dois PCs apoiaram Pimenta da Veiga e o PSB/PV se coligaram, lançando candidatura

própria. É evidente que se o campo popular tivesse se apresentado mais unificado, isto teria criado uma dinâmica ainda mais acelerada de crescimento da candidatura Virgílio Guimarães.

Em segundo lugar, faltaram na reta final da campanha iniciativas que, traduzindo a crença na possibilidade de vitória, acelerassem ainda mais a dinâmica de polarização com Pimenta da Veiga criada no período final de campanha.

## Meio a meio

Dois fenômenos devem ser ressaltados. O primeiro deles é o naufrágio completo do PMDB. Alvaro Antonio, o candidato deste partido, obteve 7,9% dos votos e teve a maior parte de seus esquemas clientelísticos quebrados. E no decorrer da campanha, o grosso do apoio empresarial deslocou-se para o candidato do PSDB.

O segundo fenômeno foi o crescimento do PT nas áreas operárias e de periferia da cidade, consolidando o seu perfil de partido classista. A maior diferença de votos em favor do PT ocorreu na região industrial da cidade, na região do Barreiro, onde Pimenta da Veiga ficou em terceiro lugar. Já a maioria diferença para o

PSDB foi alcançada na 34ª Zona Eleitoral, onde se concentram os votos da burguesia e da classe média alta. Um fato revelador: nas favelas encravadas nestas áreas, o voto do PT tornava a subir. Em termos de zonas eleitorais, o PT ganhou em sete e o PSDB também em sete. Belo Horizonte literalmente foi polarizada meio a meio.

Com estes resultados, as possibilidades de avanço do PT são gigantescas. Fica confirmada a sua posição de maior partido da cidade. O PSDB, por exemplo, elegeu quatro vereadores e para governar a cidade terá de fazer alianças permanentes com setores conservadores presente na coligação, como o PFL e o PL.

A forte bancada do PT, o ânimo hoje presente da mobilização popular, a heterogeneidade das forças políticas que dão sustentação ao PSDB abre já boas avenidas para a atuação do partido na elaboração da Constituição Municipal. Um dos eixos do PT no próximo período será exatamente canalizar a sua influência nos setores populares para a formação de conselhos populares.

*Tomás é presidente do PT de Belo Horizonte*



O PT saltou de 8% para 32% dos votos

## Carapicuíba/SP

## A força de um mandato

Um dos fatos significativos desta eleição foi a reeleição em Carapicuíba (cidade de cerca de 250.000 habitantes na Grande São Paulo) do vereador Antônio Carlos Cordeiro, como o vereador mais votado da cidade, entre todos os partidos.

Cordeiro havia tido o seu mandato suspenso e depois cassado em fins de 1984 pela Câmara dominada pelo PMDB (por setores que hoje estão no PSDB) por "falta de decoro parlamentar". A falta de decoro no caso fora uma mobilização popular que lotara a Câmara para pressionar na discussão do orçamento municipal e das tarifas de transporte. Como explicou Cordeiro na época. "Nós do PT entendemos que o orçamento deve ser discutido democraticamente pelas forças organizadas da população."

O PMDB não entendia assim. O presidente da Câ-

mara chamou a tropa de choque para expulsar a população do recinto, e seguiu-se então um tumulto generalizado. O PMDB responsabilizou o vereador Cordeiro. Seguiu-se a suspensão, e depois a cassação, votada pela maioria dos vereadores, com base em uma lei da ditadura.

No entanto, imediatamente começou uma mobilização popular em defesa do mandato de Cordeiro. O caso ganhou repercussão na grande imprensa. O clima de repúdio criado contra a cassação, e medidas legais, permitiram que posteriormente o mandato fosse recuperado.

Agora, Cordeiro obteve 2038 votos (cerca de 2% dos votantes). O segundo vereador mais votado da cidade foi também do PT: Laércio Lopes, com cerca de 1100 votos. Naturalmente, essa votação expressa o reconhecimento pelo brilhante mandato de Cordeiro.

## Virada histórica do PT no Vale do Aço

Nas eleições de 1988, o Vale do Aço, segunda maior região industrial de Minas Gerais, confirmou a tradição de luta e vitória do PT. Das quatro cidades de maior concentração operária, o PT venceu em três: Ipatinga, Timóteo e João Monlevade. Ficou em segundo lugar em Itabira, com uma boa votação. Foi vitorioso, além disso, em Dionísio, pequena cidade onde pontua o movimento dos trabalhadores rurais.

Estas vitórias marcam uma virada histórica do movimento operário em uma região que foi palco de um dos maiores massacres que se tem notícia na história dos trabalhadores brasileiros. No dia 27 de outubro de 1963, sob o governo de Magalhães Pinto, a Polícia Militar comandou a chacina de cem operários em greve na cidade de Ipatinga. O despertar do movimento operário da região começou com as greves na Campanha Belgo-Mineira,

em João Monlevade, no final da década de setenta.

O surgimento de novas lideranças foi reforçado em 1986 com a eleição de dois deputados do PT: João Paulo Pires em Monlevade e Chico Ferramenta em Ipatinga.

No período mais recente, os trabalhadores haviam tomado a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Acesita. A CUT também foi vitoriosa recentemente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dionísio.

## Nova qualidade

Em Ipatinga, sede da Usiminas, foi eleito prefeito Chico Ferramenta com 51% dos votos. Em 1986, Chico Ferramenta já havia recebido 50.100 votos que o tornaram o segundo deputado estadual mais sufragado do estado. O PT elegeu lá seis vereadores em dezessete.

Em Timóteo, cidade vizinha

de Ipatinga, sede da Acesita, a eleição de Geraldo Nascimento com 31% dos votos é também o reflexo imediato da conquista recente do Sindicato dos Metalúrgicos. Após a eleição, o sindicato havia dirigido várias greves de extrema combatividade. Para a Câmara Municipal, o PT elegeu três em quinze.

Em João Monlevade, sede da Belgo Mineira, após ter sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Leonardo Diniz foi eleito prefeito. O PT elegeu três vereadores em quinze. Em Dionísio, o PT elegeu Marden Americano, motorista, para prefeito e seis vereadores em nove.

O sucesso do PT no Vale do Aço, somada à avalanche de votos que obteve no cinturão industrial de Belo Horizonte-Contagem traduzem um avanço qualitativamente novo do PT nos setores mais importantes da classe operária mineira. (Túlio Batista Franco)

# Reconhecimento incondicional do Estado Palestino

*As resoluções do Conselho Nacional Palestino cimentaram a unidade na luta de libertação nacional e visam alcançar os mesmos objetivos da sublevação popular em Gaza e na Cisjordânia.*



Michel Warshaswki

**P**elo menos uma vez, o Conselho Nacional Palestino refletiu uma realidade e não apenas um desejo ou uma aspiração: a **Intifada**, a extraordinária sublevação da população palestina da Cisjordânia e de Gaza, foi o quadro geral dos debates e das resoluções adotadas pela instância superior do movimento nacional palestino, mesmo que os delegados do interior não tenham podido participar.

A direção da rebelião tudo fez para que a OLP assumisse suas responsabilidades, em decisões compatíveis com a nova realidade política criada pela sublevação nos territórios ocupados. A OLP recebeu dois mandatos: definir um quadro político capaz de propiciar um objetivo concreto e realizável a médio prazo à luta de libertação dos territórios ocupados e manter a unidade da OLP, custe o que custar. Havia uma certa contradição entre os dois objetivos, pois uma reviravolta política pode facilmente levar a uma cisão os que dela discordem. Mas isto não aconteceu. O conjunto das correntes integrantes da OLP compreendeu que uma cisão seria criminosa para o conjunto do movimento nacional e suicida para a sublevação nos territórios.

## Declaração da independência

A Declaração da Independência do

Estado Palestino foi votada por unanimidade. A população palestina dos territórios identificou-a como o reconhecimento da luta heróica que vem sustentando há meses. Ninguém cultiva a ilusão de pensar que basta uma resolução para realizar o direito de autodeterminação. As explosões de regozijo, apesar dos efetivos sem precedentes das forças de repressão mobilizados pelo governo de Israel, traduzem o sentimento de que o mundo inteiro chegou à convicção de que a ocupação deve ter um fim.

O segundo objetivo do Conselho Nacional Palestino foi armar-se de recursos políticos capazes de lhe darem, no campo diplomático, o que as massas dos territórios exigem com pedras e coquetéis molotov. A resolução política marca uma viragem: pela primeira vez, a OLP reconhece formalmente a resolução 181 da ONU, dividindo a Palestina em dois Estados. Isto implica no reconhecimento do Estado de Israel e na abolição, de fato, da Carta Palestina. Foi assim adotado o princípio do reconhecimento mútuo, como base para a negociação da paz.

Além disso, a resolução política aceita as resoluções 338 e 242 do Conselho de Segurança no quadro global das de-

cisões da ONU. É o mínimo exigível, pois tais resoluções ignoram o fato nacional palestino e seu direito à autodeterminação. Essa resolução está voltada para os Estados Unidos. É neste ponto que se situam as divergências: a direita aceita incondicionalmente os **diktats** americanos, inclusive a resolução 242 (que trata os palestinos como refugiados, não como nação), sob pena de Washington e Tel Aviv manterem sua política de recusa; para a esquerda palestina, romper a política israel-americana não é questão de fórmulas, mas da correlação de forças que é preciso melhorar cada vez mais.

Mais uma vez Arafat cortou o nó górdio: o CNP aceita as resoluções do Conselho de Segurança, mas condicionadamente, isto é, no espírito das resoluções da Assembléia da ONU. Votaram contra: a Frente Popular e a Frente Democrática. (Habache e Hawatme. Nota da Redação).

## Contradições de Israel

As respostas israelenses são decepcionantes. O dirigente trabalhista Peres declara que "mais uma vez, a OLP insiste na recusa de opções sem ambigüidade", o que foi imediatamente repeti-

do pelo presidente eleito dos EUA, Bush. A direita diz que a resolução "visa a destruir o Estado de Israel".

Nem mesmo a esquerda sionista atinou com o alcance da virada palestina. Seu expoente parlamentar, Iossi Sarid, acha que "não ocorreu em Argel abertura alguma". O Mapam (partido da II Internacional) limitou-se a tentar uma "triagem" entre as "coisas boas e más" da resolução do CNP. O Paz Agora observa um silêncio embaraçado, já que sua alegação de que o não reconhecimento da partilha justificava seu não reconhecimento da OLP, agora, é um pretexto que não existe mais. A esquerda israelense enfrenta um desafio e assume grave responsabilidade. Tem que enfrentar o consenso da direita sionista e dos trabalhistas contra a autodeterminação palestina. Não pode continuar tergiversando sobre esta ou aquela vírgula no texto do CNP, em busca de concessões unilaterais.

No plano internacional, trata-se de exigir o reconhecimento incondicional do Estado Palestino com a abertura de relações diplomáticas, exigindo de Israel, inclusive por meio de sanções, o início de negociações de paz e a retirada dos territórios ocupados em 1967 para que se concretize a autodeterminação nacional do povo palestino.

## Seis teses sobre a Intifada

Isaac Akcelrud

1 — A rebelião popular palestina marca o momento exato da transformação qualitativa de uma longa luta de libertação nacional e social. Ao mesmo tempo, abre

uma perspectiva real de vitória para os povos inferiorizados militarmente ante inimigos superarmados, tornando-se parte integrante do arsenal político e de combate do Terceiro Mundo.

2 — Ao deslocar o eixo da luta da dispora para o próprio solo da pátria ocupada, assegura a continuidade histórica do combate nacional pela participação da nova geração, enquanto confere uma responsabilidade dirigente à classe trabalhadora palestina. A resistência à opressão nacional e à exploração social transferiu a liderança e autoridade política para a juventude trabalhadora. É o salto qualitativo.

3 — Rebelião civil, numa região incendiada pela guerra há décadas, a **intifada** não usa armas por decisão consciente e disciplina exemplar numa organização sólida e madura. Os mais sofisticados petrechos bélicos modernos perdem o gume quando seus gerais

são derrotados politicamente. Tornam-se impotentes diante das massas rebeladas. Os povos do Terceiro Mundo verificam que é possível enfrentar com êxito os exércitos oligárquicos armados, treinados e orientados politicamente pelo Pentágono. É por isto que, depois de Vietnã e Cuba, estão apanhando do povo na Nicarágua e El Salvador.

4 — Esta radical mudança cria problemas novos e gera os meios para sua solução. As lutas em Gaza e Cisjordânia formam quadros dirigentes em escala de massa e asseguram a renovação da OLP. A autodeterminação ganha uma base material — geográfica e demográfica — e deixa de ser uma aspiração teórica. A unidade é forjada pela ação das massas e não depende apenas de personalidades e facções isoladas.

5 — A OLP adquire nova capacidade de iniciativa política, como demonstrou o apelo ao eleitorado

israelense para que elegeisse partidários da paz. Baseada nas resoluções da ONU, a proclamação do Estado Palestino é, de fato, uma declaração de paz a Israel. É a concessão unilateral máxima. Um passo gigantesco na educação política do povo palestino para a coexistência, a concórdia e a colaboração, para a Paz. Desarma e desmoraliza o partido da guerra, que é o partido do capital imperialista, em Israel e nos Estados Unidos.

6 — As recentes eleições em Israel traduzem impasse, paralisia e impotência política. Já se tornou impossível romper o círculo vicioso sem os palestinos. A **intifada** fez dos palestinos um fator político interno em Israel. O principal efeito estratégico da **intifada** é colocar na ordem do dia a aliança dos trabalhadores judeus com seus camaradas palestinos. Só a classe operária construirá a paz e a liberdade.

## EM TEMPO

Uma publicação da  
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Issac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57. Pinheiros. São Paulo, SP. CEP 05414. Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618. Loja 4. Bonfim. CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

# A defesa da

*Em 1987, o prêmio "Carlos Fonseca" da Nicarágua foi obtido pelo livro "Democracia y Revolución en las Américas", escrito pelo nicaraguense Orlando Nunez e o norte-americano Roger Burbach. Reproduzimos a seguir uma entrevista com Orlando Nunez, 40 anos, dirigente sandinista e atualmente diretor do Centro de Investigación e Estudios da Reforma Agrária (CIERA). Ela foi concedida a Eric Toussaint e publicada originalmente na revista Inprecor.*

*A obra de Nunez e Burbach analisa a experiência sandinista e propõe um leque de questões para o debate entre os revolucionários latino-americanos. É uma defesa veemente da democracia e do pluralismo partidário no processo da revolução.*

**Q**ual é o tema central do que você se ocupa no livro "Democracia y Revolución en las Américas"?

Nunez — Abordei no livro o debate que me parece mais significativo: entre os que colocam como estratégia a tomada do poder (que eu chamo revolução política) e os que afirmam que a estratégia tem de ser a busca de transformações sociais e econômicas.

O marxismo tradicional quando pensa na revolução, tem em vista as transformações sócio-econômicas e a estratégia destas transformações. Pelo contrário, pensa pouco em termos de luta concreta para a tomada do poder. É claro que existe uma articulação entre os dois extremos, mas uma ênfase muito grande nas transformações sócio-econômicas tornou muito difícil assumir as tarefas das transformações políticas.

— Você propõe a idéia de um bloco do proletariado com diferentes setores camponeses e com o que você chama a terceira força social, não sendo este um conceito que busca reintroduzir a burguesia na aliança.

Nunez — A noção de terceira força é uma maneira de provocar a discussão. Existe uma primeira força, o proletariado; existe uma segunda força, o campesinato. Não tenho a pretensão de formular um conceito acabado. O que busco é fazer com que os revolucionários compreendam que, se pensam em fazer a revolução política, é necessário dirigir a maior quantidade de forças sociais possível. Não se deve ser purista. Jamais os burgueses disseram: "aqueles que não são burgueses não podem lutar a favor de nosso projeto". Em contrapartida,

passamos anos discutindo sobre a pureza das forças sociais que podem participar na luta pela tomada do poder.

Outra coisa é determinar quais são as forças que vão participar das transformações históricas após a tomada do poder. E aí corresponde ao proletariado um papel de vanguarda mais destacado.

Daí busco "provocar" o debate ao conferir toda a importância a numerosos movimentos como o de mulheres, de estudantes, de indígenas, de bairros pobres.

— O conceito de terceira força me parece importante para compreender a estratégia atual que está sendo colocada em prática em El Salvador pelos revolucionários. A Union Nacional de Trabajadores Salvadoreños (UNTS), por exemplo, procura aliar-se ao setor do pequeno-comércio urbano aos artesãos.

Nunez — Exatamente. Lembro a você uma das minhas "provocações" que expus no livro, parafraseando uma citação de Marx, contida no Manifesto Comunista: "Em nossa luta todo mundo pode tomar parte, até os burgueses, individualmente, que compreendem o sentido da história, que se sentem arrastados por ela e que se comprometem acompanhá-la".

Isto é o que ocorreu na Nicarágua. Setores importantes da burguesia eram ideologicamente contra o somozismo, contra o imperialismo, não apenas porque existiam importantes contradições objetivas entre a burguesia e o somozismo, mas também pela atração exercida pelos valores revolucionários junto a setores da burguesia que sabem ser o seu projeto frágil e em declínio.

— A aliança com um setor da burguesia foi, então, útil. Mas, se tomamos o exemplo de El Salvador, não se percebe bem que setor da burguesia poderia participar da luta revolucionária ...

Nunez — É possível que não se perceba, mas isto não exclui esta eventualidade. Se existe a possibilidade de tal aliança, é necessário explorá-la.

— Sim, mas esta é uma questão muito concreta ...

Nunez — Certamente. E não se deve, por princípio, aceitar ou recusar esta possibilidade ...

— Seria muito perigoso que os sandinistas dissessem a outros revolucionários: a aliança com a burguesia é necessária por princípio ...

**Uso o conceito de "terceira força" para afirmar a importância do movimento de mulheres, de estudantes, de indígenas, de bairros, na luta pelo poder.**

Nunez — Fui muito prudente ao falar da experiência nicaraguense para evitar justamente este risco. Se se fala de aliança com a burguesia, isto implica que ela se dê sob a hegemonia dos revolucionários. Em nosso caso, a aliança foi realizada sob a hegemonia da FSLN.

— Gostaria de abordar agora a segunda parte do livro, dedicada ao debate da transição ao socialismo.

Nunez — Até hoje, a bandeira da democracia foi levantada pela burguesia. A este respeito, os revolucionários têm sido muito reticentes.

Creio que é fundamental assumir a defesa da democracia. Creio que o próprio marxismo, na sua origem, é democrático. O pluralismo político é parte essencial da democracia. A existência do partido único não é uma condição indispensável para manter, alimentar e desenvolver a hegemonia revolucionária, a qual pode ser mantida perfeitamente com o pluralismo partidário. Naturalmente estamos supondo que o pluralismo se dê em uma sociedade que tem um projeto revolucionário e no seio da qual as mas-

sas são revolucionárias. Nestas condições, nem de longe um partido de direita pode causar preocupações, pois a burguesia é uma classe minoritária e tira a sua força da manipulação das massas.

Com mais forte razão, a existência de numerosos partidos de esquerda não deve ser fonte de preocupações. O pluralismo político é parte do projeto revolucionário. A própria esquerda deve ser pluralista.

No processo de transição, as diferenças de classe subsistem. Mesmo a classe operária não é homogênea. Por exemplo, não é certo que os interesses dos trabalhadores de uma mesma fábrica correspondam aos interesses estratégicos da revolução. E o mesmo ocorre com setores camponeses, estudantes etc. Não há, portanto, concordância automática entre os interesses setoriais e os interesses estratégicos.

Manter o pluralismo no seio da esquerda é necessário, mesmo quando as condições são difíceis. Não só não estamos habituados ao pluralismo, como temos nos negado a praticá-lo. O mesmo pode se dizer da direção coletiva. O pluralismo ao qual me refiro implica também no direito a ter divergências. É através dos debates e da discussão que se forja uma síntese, uma decisão. A direção coletiva é parte do pluralismo. Ela permite sintetizar diferentes apreciações, o que uma pessoa só não pode fazer.

Faz parte da história negativa do socialismo a não permissão do pluralismo. Isto implicou em um divórcio entre a crítica e a hegemonia, entre a ciência e a política, entre o debate crítico e a defesa da revolução. E terminou mal, como em Granada, com o assassinato de Maurice Bishop ou com numerosos revolucionários que "desapareceram", com uma bala na cabeça, ou como ocorreu com o próprio Trotsky.

Esta confusão entre hegemonia e ditadura é profundamente negativa. Temos uma rica experiência na Nicarágua. Em plena guerra e apesar dos limites da consciência popular — com efeito, as massas nicaraguenses não têm ainda uma consciência plenamente socialista — conseguimos desenvolver um proces-



"Com a força de um touro, avançamos": a confiança na auto-organização

# democracia na revolução

so pluralista que tem o grande mérito de existir.

— De acordo com o Partido Socialista da Nicarágua (PSN) e o Partido Comunista da Nicarágua (PCN), o pluralismo é necessário porque não se está ainda em um Estado em transição para o socialismo. Para eles, em um verdadeiro Estado revolucionário não poderia existir o pluralismo. Este tipo de posição continua causando prejuízos e provém de uma aceitação de certos princípios estalinistas...

Nunez — Com toda certeza é uma tese estalinista porque parte do postulado de que a sociedade é monolítica. Segundo eles, na “verdadeira” transição ao socialismo, todo mundo será operário e concluem que como não há mais de uma classe operária, não deve haver mais que um partido. O problema é que a classe operária não é monolítica. No seio da classe operária há numerosos componentes que têm todo o direito de ter visões diferentes e de expressá-las.

Nas sociedades socialistas, fora da classe operária no sentido estrito do termo, existem estudantes, professores, intelectuais... Há nações ou grupos étnicos diferentes, como os Miskitos na Nicarágua ou os armênios na URSS. Não está em jogo apenas a diferença entre os que são operários e os que não são: existem também as discriminações raciais, sexuais etc. Na Nicarágua atual ou futura, o direito à discrepância deverá existir e, portanto, o direito ao pluralismo. Os revolucionários não devem ter medo. Não há por que eliminar os que não estão de acordo conosco. Devemos convencê-los. Ser vanguarda das massas é algo que deve ser conquistado a cada dia.

Se não é democrático, pluralista, termina-se por se separar das massas. Co-

## A existência do partido único não é uma condição indispensável para manter e desenvolver a hegemonia revolucionária.

meça-se por fuzilar os burgueses, depois os revolucionários “com desvio” e termina por se dizer que as massas não sabem nada e que só um tem a razão.

— No que concerne às instituições do poder revolucionário, você caracteriza o regime nicaraguense como “participativo, consultivo e representativo”. E afirma que poderia ser útil criar uma Assembléia Popular ao lado da Assembléia Nacional, eleita por sufrágio secreto.

Até o momento, esta Assembléia Popular não existe. A representação das organizações de massas passa por alguns de seus dirigentes eleitos no parlamento da Assembléia Nacional.

Nunez — Aspiramos realmente a uma democracia participativa representativa e consultiva.

A Assembléia Nacional é um instrumento da democracia representativa. Para a democracia consultiva e participativa, temos de criar distintos órgãos ou aparatos, como seria uma Assembléia Popular. Mas não excluo a possibilidade de que a Assembléia Nacional possa permitir a representação das massas. Quando me refiro à Assembléia Popular, penso sobre tudo na prática de de-



Assembléia multiracial, em Puerto Cabezas, Nicarágua

bates em função dos interesses das massas. No que diz respeito à democracia consultiva, ela pode passar pelos comitês de bairro, de fábrica, pela autogestão nas empresas, nas cooperativas, na universidade. Não há modelo que possa ser copiado. Temos que estar abertos à possibilidade de criar instrumentos que garantam a possibilidade de exercer o poder.

Quando estivermos livres da agressão imperialista e avançarmos na transição, pode ser que a Assembléia Popular tenha mais sentido que a Assembléia Nacional, na qual estão representados interesses de classes contraditórias. Nesse caso, o tipo de Assembléia Popular existente em Cuba nos será possivelmente útil, sem excluir outras experiências.

## Em Cuba há uma experiência de Assembléia Popular. Há também um certo burocratismo que devemos discutir fraternalmente como revolucionários.

— A Assembléia Nacional atual está composta de partidos de esquerda e de direita, representando estes últimos a burguesia expulsa do poder. Se ao lado da Assembléia Nacional, se constituir uma Assembléia Popular que representará mais fielmente os interesses das massas e suas organizações de bairro, sindicatos, feministas...

Nunez ... e grupos étnicos, religiosos, estudantes... dando por certo que esta Assembléia Popular não deva substituir aos comitês de base, senão seria um pou-

co burocrática. Mas as minhas propostas tendem sobretudo, a provocar o debate, não são uma fórmula acabada. Em Cuba há uma experiência de Assembléia Popular. Há também um certo burocratismo, que devemos discutir fraternalmente como revolucionários. Na Nicarágua não existiu uma experiência deste tipo, excetuando o período do Conselho de Estado (até as eleições de 1984).

— Quais são as relações da FSLN com o Estado? Como fazem vocês para evitar o perigo de fusão entre o partido e o Estado?

Nunez — Por que é um perigo?

— Refiro-me à experiência soviética. Já nos primeiros anos da revolução russa havia um debate a respeito. Debate no qual participaram não somente Stalin e Trotsky, senão o próprio Lenin. Uma das questões debatidas era a de como evitar que o Estado soviético, em condições de grandes dificuldades econômicas e de carência de quadros, pôde conhecer um rápido processo de burocratização.

## Se não se é democrático, termina-se por se separar das massas. Começa-se por fuzilar os burgueses, depois os revolucionários “com desvio” e termina por se dizer que as massas não sabem nada.

Nunez — Sim, existe um risco de burocratização no caso de fusão entre o aparato do Estado e o do partido. Este perigo existe na Nicarágua e não foi conjurado. É sempre possível que setores do aparato de Estado defendam seus inte-

resses em contradição com os interesses da revolução.

O fato de que existem comandantes da revolução fora do aparato de Estado tem contribuído para evitar o perigo mais ameaçador. A existência de uma direção coletiva da FSLN é um segundo escudo protetor. Cada sexta-feira ela discute tudo, a partir das responsabilidades respectivas de seus membros... Isto evita que uma só pessoa tome as decisões.

Hoje estamos realizando uma redução do aparato do Estado. É provavelmente a redução mais radical que houve na Nicarágua e na América Latina. Passou-se de trinta ministros e secretários de Estado a onze ministérios. Centenas de vice-ministros e diretores gerais foram obrigados a deixar a sua função e ligar-se a tarefas produtivas e isto não provocou atritos nem resistências burocráticas. E isto porque grande parte dos quadros da

## Fomos maoístas, anarquistas, socialdemocratas, radicais, castristas, guevaristas, trotskistas. Há de tudo na FSLN. Somos a geração da década de setenta que formulou muitas críticas aos regimes socialistas.

FSLN estão ligados às Organizações de massa e não ao aparato de Estado.

Outra razão: nós, sandinistas, somos originários de muitos grupos, maoístas, anarquistas, socialdemocratas, radicais, castristas, guevaristas, trotskistas. Há de tudo na FSLN. Somos a geração da década de setenta que formulou muitas críticas aos regimes socialistas. Muitos quadros estiveram em Cuba, no Vietnã, na Coreia, no Chile, na França. Isto explica que tenhamos uma grande cultura antiburocrática. Existe uma grande consciência do perigo burocrático.

A direção coletiva, o direito à crítica e ao pluralismo são ferramentas antiburocráticas importantes. O pluralismo fundamentalmente permite a crítica da fusão partido-Estado. Os sindicatos de jornalistas, embora sejam sandinistas, são muito críticos ao Estado.

Enfim, as massas armadas são muitos importantes. Enfrentar a burocracia com 300 mil pessoas armadas é muito fácil. A massa detém o poder, elas têm o fuzil, elas podem ter um sindicato, um comitê de autogestão, tudo isto é muito eficaz na luta contra a burocracia que mil discursos.

Queremos um projeto socialista que se enriqueça culturalmente com a atividade e a vida cotidiana das massas. É necessário ter em conta que as massas se cansam de um socialismo estatal, de um socialismo economicista. Para dar coragem à atividade das massas, é preciso que o projeto socialista se realize com alegria, com efervescência popular. Se o socialismo é cinzento, triste, as massas não se identificam com ele.



# XII - A terceira revolução chinesa (2.ª parte)

## CRONOLOGIA

**1935** — Janeiro: Conferência do Birô Político ampliado do PCC em Zunyi durante a Longa Marcha, quando Mao se impõe na direção contra a "fração" e stalinista de Otto Braun e Bo Gu.

**1937** — Outubro: fim da Longa Marcha. República soviética de Yanan.

**1937—1945** — Guerra sino-japonesa. Frente única contra os japoneses entre o PCC e o Kuomintang.

**1937—1938** — Avanço japonês. Queda de Wuhna (outubro de 1938).

**1939—1945** — Segunda Guerra Mundial.

**1941** — Incidente de Sud Anhui (4.º exército novo). Pearl Harbour: guerra entre Japão e EUA.

**1942** — Movimento de retificação no PCC.

**1943** — Dissolução da Internacional Comunista. Conferência de Yalta.

**1944** — Japoneses ocupam Changsha.

**1945** — VII Congresso do PCC. Reorganização do PCC. Capitulação da Alemanha. Bombas atômicas contra Hiroshima e Nagasaki. A URSS entra em guerra contra o Japão. Capitulação do Japão. Tratado sino-soviético (com o Guomintang). Negociações de paz PCC-Guomintang. Elementos de guerra civil.

**1946—1949** — Guerra civil na China. **Terceira revolução chinesa.**

**1946** — Retomada da reforma agrária. Ofensiva do Guomintang em Shandong e Jinagsu.

**1947** — Ofensiva comunista na Manchúria. Mobilizações estudantis. Forças do Guomintang ocupam Yanan. Contra-ofensiva comunista na China central. Promulgação da lei agrária.

**1947—1948** — Greves operárias.

**1948** — Grande ofensiva comunista.

**1949** — (1.º de outubro) — Fundação da República Popular da China.

**1950** — O Guomintang se retira para Taiwan. Tratado sino-soviético.

**1950—1953** — Guerra da Coreia.

*O maoísmo não nasceu com o Partido Comunista Chinês. Mao elaborou sua estratégia e se impôs como direção real do partido na virada dos anos 20/30, a partir do balanço da segunda revolução chinesa e da resistência à perseguição movida pelo Guomintang. Clarificam-se as relações de classe no seio do movimento de libertação nacional, constituem-se os instrumentos organizacionais da revolução, bem como os seus mecanismos de funcionamento. O maoísmo, como movimento revolucionário armado, não começou do zero.*

*Aqui, a reconstituição do processo da terceira revolução chinesa a partir da Longa Marcha.*

Quando Mao chega a Wuqui, antes de Yanan, em 19 de outubro de 1935, conduz consigo quatro mil homens. A Longa Marcha chega ao fim, após um ano de terríveis provações. Foram dois mil quilômetros percorridos e três batalhas em uma: "A batalha contra Tchiang Kai-chek e os senhores da guerra, a batalha contra a natureza e os elementos e a chave de todas elas, a batalha no seio do PCC, a batalha de dirigente contra dirigente e de política contra política." (Rousset, vol. 3, p. 3). E Mao ganhara todas. Logo, outras colunas de tropas comunistas também chegam a Yanan, constituindo a República Soviética do mesmo nome.

Este é o ponto de partida para que, em nove anos de luta contra o invasor japonês e de trégua com o Guomintang, o Exército Vermelho passe de 30 mil para um milhão de homens e as zonas sob administração comunista de dois para 95 milhões de pessoas. O PCC está bem colocado em 1945 para conquistar o poder ao longo de quatro anos de uma nova guerra civil aberta.

### A guerra de resistência contra o Japão (1937-1945)

Na virada dos anos 20/30, a direção do Partido Comunista Chinês estava nas mãos dos setores mais identificados com a direção da Internacional Comunista, isto é, com Stalin. Durante a Longa Marcha, este setor perde a hegemonia no partido para a ala maoista, que inicialmente conquista uma precária liderança para depois, ao longo do restante dos anos 30 e nos anos 40, impor-se de forma plena, provocando uma recomposição do conjunto da direção (5).

Mao já possuía, então, os elementos centrais de uma visão estratégica de con-



junto: o papel central do campesinato, a constituição de zonas liberadas, o binômio partido-exército como instrumento organizativo da revolução, os métodos de funcionamento e direção que seriam depois chamados de linha de massa. Mas a disputa de projetos da direção do Partido Comunista Chinês foi determinada pela disputa da estratégia militar a ser seguida, problema que então condicionava todos os demais.

O debate militar, que se iniciou com a derrota de 1924, centrava-se em que conseqüências tirar do fato que doravante a luta revolucionária se integrava a um processo de guerra prolongada. "Na China, anuncia-se um longo período de guerra civil antes da conquista do poder de Estado, enquanto que na Rússia a guerra civil de 1918-1921 ocorre após a vitória de uma breve insurreição e o estabelecimento de um novo poder de Estado... O estado de guerra prolongada torna-se um fator sobredeterminante que modifica parcialmente o agenciamento de outros fatores fundamentais, dados econômicos, sociais, políticos e culturais."

"O Exército Vermelho está envolvido em uma guerra de "partisans". Isto implica num modo particular de organização das forças comunistas, confrontadas com duas tarefas de ordem diferente: a condução de operações militares contra um inimigo superior em número e em armamento; o prosseguimento de um trabalho de massa em profundidade... Mao Tse-Tung dá à guerra de "partisans", habitualmente concebida como uma tática conjuntural, um alcance estratégico integrando-a em um conjunto original de instrumentos político-militares adaptados à consecução de uma guerra popular prolongada." (Rousset, vol. 3, p.8).

Contra Chou En-Lai, Bo Gu e Otto Braun, que têm uma visão demasiado otimista que impede de avaliar a relação de forças real e vislumbra de forma muito linear a luta militar e as iniciativas, Mao insiste na flexibilidade, necessária para o Exército Vermelho guardar a iniciativa. Para ele, "deve-se aceitar deixar o inimigo avançar em profundidade pa-

ra se ter uma chance de o emboscar; deve-se escolher e concentrar forças em alguns eixos; a aliança entre os diversos senhores de guerra a Tchiang Kai-Chek deve ser quebrada a todo preço, utilizando-se para isso a bandeira da resistência anti-japonesa... O essencial é preservar a mobilidade política e militar". (Rousset, vol. 3, p. 9).

Este é o debate militar (e político) ganho por Mao em 1935. Com a Grande Marcha, a espinha dorsal do partido e do Exército Vermelho escapa da perseguição implacável que vinha sofrendo há vários anos. O Exército Vermelho, temperado pelas provações, transforma-se num exército de quadros, coluna vertebral do movimento revolucionário. Pode também estabelecer uma base segura e ganhar novas raízes na região de Yanan.

### Frente única

Um novo dado, porém, altera o conjunto da situação: a invasão japonesa. A República soviética de Jiangxi tinha simbolicamente declarado guerra ao Japão em 1932 e o Partido Comunista Chinês propôs, bem antes de 1936, a constituição de uma frente única anti-japonesa, mas contra Tchiang Kai-Shek, denunciando por suas tendências capituladoras. Ora, a partir de julho de 1937, após um crescente aumento das tensões, o Japão promove uma invasão geral da China. Procura transformar o país de uma semi colônia em uma colônia direta. Tanto o Guomintang como o Partido Comunista Chinês serão julgados, a partir de então, por seu engajamento na resistência nacional. O PCC inicia sua política de frente única com o Guomintang.

A frente única contra a agressão imperialista japonesa na guerra de defesa nacional de 1937 a 1945 é uma trégua do PCC com o Guomintang, mas é também a constituição do bloco social capaz de assegurar o caráter majoritário da revolução. Deste ponto de vista, é um componente estratégico fundamental — ao lado do partido e do exército — da

concepção maoísta. Já a aliança com o Guomindang tem um caráter mais conjuntural.

A guerra de defesa nacional, concebida como “guerra do povo” é a outra chave deste período. Ela se apóia na mobilização de massas e na organização do povo. A partir dessa idéia, Mao envia o grosso das forças do Exército Vermelho para trás das linhas japonesas no norte da China, visando a constituir, através da luta de guerrilhas, sem choques com o Guomindang, zonas liberadas. Isto permite transformar a guerra de defesa nacional em um laço entre a guerra revolucionária de ontem e a de amanhã (6).

### Bases vermelhas

Uma rede de bases territoriais comunistas é constituída a partir de 1938-1939. Em breve haveria quinze bases vermelhas no país, núcleos das futuras zonas liberadas. A principal delas está em Yanan, fora do alcance dos japoneses e do Guomindang. Aí está a direção do partido em uma série de instituições, como o Estado Maior do Exército Vermelho, a Universidade da Resistência, as direções das organizações populares.

Nas zonas libertadas, “o exército democrático do poder político, a forma comunitária de organizar a produção, a criação de leis mais justas para garantir a posse da terra e o seu usufruto, e as campanhas para impulsionar a cultura revolucionária e a politização das massas, todas essas práticas homogêneas o novo estilo de sociedade” (Holien Bezerra, p. 52).

Em *A revolução chinesa e o PCC*, de 1939, e *A nova democracia*, escrito em 1940, Mao formula sua proposta de *ditadura de todas as classes revolucionárias*. Nela “há diversas etapas no desenvolvimento da revolução democrática... a passagem da preponderância da burguesia para a preponderância do proletariado constitui um longo processo de luta pela hegemonia... onde a burguesia é a nossa rival”. Uma fórmula vaga mas flexível o suficiente para conduzir à acumulação das forças necessárias para enfrentar a retomada da guerra civil contra a burguesia compradora e o imperialismo.

Esta elaboração é acompanhada das campanhas contra o dogmatismo, isto é, dos dogmas stalinistas, dos esforços de “sineização” do marxismo e, de 1941 a 1944, do *movimento de retificação* (7).

A direção maoísta, provada na luta, consolida também uma interpretação do marxismo e aprofunda sua autonomia frente à União Soviética.

A *linha de massas* arma o partido para se transformar no porta voz reconhecido de dezenas de milhões de camponeses. E uma vasta experiência de administração e governo é acumulada nos territórios liberados.

### A terceira guerra civil revolucionária (1945 — 1949)

A capitulação japonesa em agosto de 1945 pega de surpresa tanto o PCC quanto o Guomindang e abre uma corrida pela reocupação das regiões controladas pelos japoneses e pelos seus armamentos. Os Estados Unidos determinam que as tropas japonesas somente poderiam render-se ao Guomindang e deslocam uma enorme quantidade de aviões para transportar as tropas do Guomindang para as grandes cidades do Norte e entroncamentos controlados pelos japoneses. Ainda assim o PCC tem enormes ganhos no campo no norte do país e na Manchúria (ocupada pela URSS).

Abrem-se as negociações entre o PCC e o Guomindang: a relação de forças militares e internacional é bastante desigual, em favor do Guomindang, a população aspira à paz e à união nacional pela reconstrução do país. Além disso, pelos acordos de Yalta e Potsdam, a China permaneceria na zona de influência ocidental e a URSS pressionava o PCC no sentido de um acordo com o Guomindang.

Para Mao, porém, a negociação era apenas uma concessão visando a desmascarar a natureza real da política de Chiang Kai-chek e retomar a iniciativa política. A relação de forças global configurava, então, um equilíbrio instável e a batalha pela paz era um terreno decisivo de confronto.

A guerra civil volta a eclodir em meados de 1946. Dois milhões de soldados armados e organizados pelos Estados Unidos atacam as bases do PCC no centro e no norte do país. Em março de 1947, o exército de Chiang Kai-chek ocupa Yanan. Entretanto, graças a sua mobilidade, os comunistas preservam suas forças e esgotam progressivamente as de seus adversários. A relação de forças é em seguida revertida.

O Exército Popular de Libertação, novo nome do Exército Vermelho, lança a contra-ofensiva na Manchúria e no centro do país. E em fins de 1948 começa a debacle imperialista. Pequim é tomada em janeiro de 1949, Shangai em maio, Cantão em outubro e Nanning, na fronteira do Vietnã, em dezembro. O Guomindang recua para Taiwan. A República Popular da China é proclamada em 1º de outubro de 1949.

Este processo é, antes de tudo, resultado de uma situação revolucionária capitalizada pelo PCC e pelo Exército Popular de Libertação. O número de membros do PC passa de 1,35 milhão em 1946 para 3,1 milhões em 1948, 4,5 milhões em fins de 1949 e 5,8 milhões em 1950. O Exército Popular de Libertação cresce de 1,277 milhão em 1946 para 2,8 milhões em junho de 1948 e 5 milhões em 1950.

A vitória revolucionária deste período final (1945 a 1949) repousou sobre três elementos:

1) A revolução agrária conduzida pelo PCC, se radicaliza até 1947. A palavra de ordem inicial é “terra a quem nela trabalha”. Uma lei agrária é adotada em setembro de 1947 por uma “Conferência Nacional sobre a Terra”. Os proprietários fundiários e os camponeses ricos já foram em geral eliminados e, na medida em que a situação militar melhora, busca-se evitar, a partir de 1947, a radicalização e o confronto entre os trabalhadores sem-terra e os camponeses médios, o que implica numa moderação da revolução agrária a partir de 1947.

2) O colapso do controle do Guomindang sobre as cidades se dá a partir do ascenso das lutas nacionalistas conduzido principalmente pelo movimento estudantil contra a presença americana, de um lado, e pelo caos econômico e administrativo com a multiplicação dos abusos e da corrupção, de outro. A repressão policial e um ascenso de greves operárias reivindicatórias (extensas mas muito pouco politizadas), acompanham estes dois problemas. A sensação de desgoverno se generaliza e não existe outra alternativa burguesa. As massas urbanas, inclusive o proletariado politicamente passivo, se afastam do Guomindang, não encontram outra alternativa e terminam por apoiar o PCC.

3) O confronto militar se dá entre um exército revolucionário dotado de uma elevada motivação ideológica e cons-

ciência política e um exército “nacionalista” apodrecido pela corrupção e pela indisciplina, dirigido por oficiais incompetentes. O resultado não tardou a se evidenciar.

Assim, as aquisições duramente obtidas nos anos 1930 e durante a luta anti-japonesa começam a permitir o acúmulo de vitórias do PC até outubro de 1949. Encerra-se, então, mais de vinte anos de guerra revolucionária e o povo chinês inicia a reconstrução de seu país.

Se procurarmos empreender uma síntese da experiência maoísta, percebemos que há uma grande alteração dos elementos usualmente considerados centrais — papel do campesinato e “cerco” da cidade pelo campo, duplo poder territorial, relação partido-exército, a “linha de massa”, compreensão da política de alianças e da frente única — no decorrer das diversas conjunturas.

Mas alguns elementos permanecem como fios condutores de todos estes períodos. Inicialmente, a manutenção a todo custo da independência do partido e do que garante esta independência, a acumulação de forças militares. Ainda que declarando aceitar o enquadramento do Guomindang na luta anti-japonesa e manobrando frente às pressões de Stalin neste sentido, a direção maoísta jamais cogitou abandonar a acumulação própria de forças militares.

Depois, o esforço de compreensão da realidade nacional chinesa e de definir uma orientação estratégica e tática a partir desta realidade, de construir os instrumentos político-organizacionais mais adequados à luta revolucionária na sociedade chinesa dos anos 20 a 40. Isso implicou em rejeitar os modelos e orientações estalinistas, dentro da orientação de não romper com Stalin e a URSS. Mao constrói sua política e autoridade contra os representantes chineses de Stalin, tendo como bandeiras a luta contra o dogmatismo e o estudo da realidade nacional chinesa.

Por fim, a experiência da revolução chinesa destaca também a grande flexibilidade tática de sua direção e a forma vaga como tratavam algumas orientações estratégicas, permitindo importantes giros e reorientações.

É deste ângulo que podemos compreender os demais elementos da visão maoísta da revolução.



(5) “O conflito entre as frações Mao e Wang Ming domina a história política do Partido Comunista Chinês durante os anos trinta e quarenta. O maoísmo se forma no quadro deste combate interno, como também no quadro da guerra de ‘partisans’ engajados contra o Kuomintang e, depois, as forças japonesas.” (Rousset, vol. 2, p. 31). Durante a Longa Marcha, a direção estava inicialmente nas mãos de Bo Gu (ligados a Wang Ming) e de Otto Braun, alemão conselheiro da Internacional Comunista e, de fato, principal dirigente do Partido Comunista Chinês, que tinha o nome de guerra de Li De e assinava os artigos e documentos como Hua Fu, até a Conferência de Zunyi.

(6) “É sintomático que as forças do Exército Vermelho não estivessem jamais concentradas de forma duradoura nas zonas de floresta cerrada (a cobertura florestal da China é particularmente reduzida). As regiões montanhosas serviam apenas de refúgio temporário. O movimento comunista sempre se baseou nas regiões habitadas. A concepção maoísta de guerra de guerrilha, de guerra de ‘partisans’ como guerra do povo, encontra aqui sua origem, sua raiz. Ela é profundamente diferente de outras concepções que fizeram do ‘soldado da selva’ o protótipo do guerrilheiro. O maoísmo — partido e exército — adquire forma no seio de um movimento comunista de massa, após uma grande experiência revolucionária. Ele se afirma, de conjunto, como uma corrente organizada e im-

plantada... O movimento maoísta é fisicamente desenraizado pelas derrotas e retiradas sucessivas que o forçam a abandonar suas zonas de implantação originais. O Exército Vermelho é constituído de refugiados. Ele se torna muito cedo um exército itinerante onde se reencontram elementos operários, camponeses e soldados que escaparam das sublevações de 1927—1928 (que constituem a sua armadura política), prisioneiros e desertores dos exércitos brancos, bandidos e lumpens reabilitados, novos recrutas locais, geralmente camponeses, às vezes operários... O movimento maoísta é também um partido nacionalmente implantado, um conjunto de guerrilhas, produto das mobilizações locais, as milícias das aldeias, as cédulas comunistas, uma pirâmide de comitês de direção”.

(Rousset, vol. 2, p. 23)  
(7) “O movimento de sinização do marxismo tem mais de uma função: afirmar a legitimidade de um marxismo em ‘forma chinesa’, enfatizar a necessidade de uma aplicação criativa do método marxista, consolidar no plano ideológico a vitória política contra a fração Wang Ming, reduzir a autoridade de Stalin, dar ao PCC a possibilidade de assegurar sua autonomia em todos os terrenos... Mas a sinização é também a afirmação de um nacionalismo crescente, o nacionalismo dos Han, este ‘grande povo de 450 milhões’ com uma história plurimilenar, e o começo do culto à personalidade de Mao.” (Rousset, v. 3, p. 28).

# A "ARTICULAÇÃO" PUBLICA SUAS TESES

Porte pago	
DR/SP	ISR 40-2063/85
DR/RS	ISR 49-083/88

*A tendência majoritária do PT expõe as linhas aprovadas no seu Seminário Nacional. Aqui, um comentário das resoluções.*

A publicação das "Resoluções do Seminário Nacional da Articulação", realizado em abril de 1988, representa um grande avanço para a situação interna do partido. Finalmente, a corrente majoritária do PT a nível nacional se apresenta como uma tendência do partido, ao lado de outras, e não mais como "o PT" (embora, como veremos, permaneçam ambigüidades a este respeito). Segundo as "Resoluções":

"Surgida em 1983, a partir da Articulação dos 113, em São Paulo, nossa Articulação tem desenvolvido um papel fundamental no processo de crescimento e consolidação do Partido dos Trabalhadores. Sem menosprezo às demais forças envolvidas na construção partidária, a Articulação é a principal responsável, até pelo seu papel de força hegemônica, pela manutenção do PT como um partido de massas, de classe, democrático e com seu perfil socialista" (p.4).

Assim, são objetivos da Articulação:

a) a afirmação do PT como partido estratégico da revolução brasileira;

b) o estímulo à discussão interna do Partido, visando ao aprofundamento do caráter estratégico/socialista de nosso projeto, de nossas táticas, de nossa organização e de nossa linha de intervenção no movimento de massas (sindical, popular, movimentos sociais);

c) valorização e estímulo ao pleno funcionamento de nossas instâncias partidárias;

d) debate com as tendências organizadas, buscando elevar o nível das discussões internas do partido e visando a dissolução dos 'partidos dentro do Partido', com a incorporação de seus quadros ao PT;

e) lutar pelo cumprimento das Resoluções do 5º Encontro;

f) estimular o processo de formação de quadros do PT" (p.4).

"Não possuímos objetivos estratégicos próprios a serem cumpridos pela modificação do projeto partidário. Somos uma articulação tática para que o PT afirme, aprofunde e encaminhe seu caráter estratégico" (p.5).

"Para isto, a Articulação

deve ter um funcionamento regular, cotidiano. (...) Não é uma Articulação apenas de quadros dirigentes. Não somos, contudo, uma Articulação de massas, cujos limites poderiam ser confundidos com os do próprio Partido. Consideramos que a participação na Articulação requer um mínimo de acúmulo de discussão política. (...) A Articulação deve ter um funcionamento permanente, regular, ou seja, deve reunir-se periodicamente

no interior do partido (em resumo, defender uma orientação política de acordo com o que ela entende que foram as resoluções do V Encontro); tem um conjunto delimitado de militantes; tem uma estrutura de funcionamento, com níveis diversos, e direções (chamadas de "coordenações executivas" nos vários níveis).

Tem ainda uma forma de centralização de seus militantes, embora não apresente esta questão de forma clara: "Ao



mente e não apenas nos momentos das grandes disputas internas (encontros, eleições, etc). Como ativadora do debate político e da produção teórica, ela deve ter o cuidado de fazer circular textos que incentivem este debate.

A estrutura da Articulação deve estar subordinada às necessidades da luta política interna. A opção é por uma estrutura leve, que permita o funcionamento democrático e sem burocracia. Nacionalmente, haverá uma plenária de representantes estaduais e uma coordenação executiva eleita por aquela. Nos estados e municípios, devem existir também plenárias e coordenações. Fica aberta a possibilidade — de acordo com as necessidades locais da luta política — de existirem estruturas abaixo do nível municipal (plenárias de setores, por exemplo)" (p.5/6).

## Qual centralização

Ou seja: a Articulação tem objetivos definidos, que a dis-

se configurar como tendência (mas não no sentido que o termo adquiriu pela prática das tendências hoje presentes no PT), a Articulação rejeita a existência de mecanismos internos de centralização ou subordinação. Afirmamos, em contrapartida, a necessidade do que chamamos de adesão por solidariedade, ou seja, que os companheiros que concordam com as teses da Articulação as defendam no interior do Partido, desde que, evidentemente, estejam convencidos da validade das mesmas. Afirmamos, assim, que a Articulação constitui-se e deverá funcionar pelo compromisso político de seus integrantes, assumido perante o conjunto do Partido" (p.4).

É inegável que esta "adesão por solidariedade" é uma forma de centralização. É evidente também que todas as tendências internas ao PT só podem funcionar por compromisso político. Não há nesta questão uma diferença fundamental entre a Articulação e as

## IMPRESSO



Um passo importante para a construção da democracia no partido

Resoluções, depois de aprovadas as teses do V Encontro, as outras tendências abriram guerra contra elas e contra a Articulação: "Todos os argumentos passam a ser válidos para a não-difusão e não-aplicação das Resoluções do 5º Encontro: desde que 'a base não as conhece' até que 'são incompletas'. (...) Essa campanha contra o 5º Encontro não se dá apenas no campo das idéias. Objetivamente, tais tendências vêm sabotando a aplicação da linha aprovada democraticamente em nosso Encontro Nacional. Move-se uma guerra no partido, contra a linha do 5º Encontro, e naturalmente, contra a Articulação que a sustenta e aplica" (p.3).

Assim, para a Articulação, há no PT uma nítida divisão entre os "bons" da Articulação, que querem construir o partido e aplicar as suas deliberações, e os "maus" das outras tendências, que procuram sabotar este esforço. O objetivo de discutir com as outras tendências visa "a dissolução dos 'partidos dentro do Partido'", (como se todas as outras tendências fossem "partidos dentro do partido"! e não, como seria de esperar, realizarmos todos uma elaboração política coletiva para o PT.

## Sabotagem

Além disso, se não temos a visão de que a linha aprovada pelo partido é sempre perfeita, que o partido tem sempre razão, temos de achar perfeitamente legítimo que setores do PT (como a DS) estejam de acordo no geral com as Resoluções do V Encontro, mas que julguem que há aspectos que devem ser corrigidos ou completados; e que também é legítimo que outros setores queiram chegar a mudanças maiores. Continuar esta discussão de nenhuma maneira pode ser chamado de "sabotagem".

Em resumo, o fato de a Articulação apresentar-se como uma tendência ao lado de outras no PT, e começar a deixar de considerar-se como "O PT oficial" é muito positivo. Ficam, contudo, ainda muitas ambigüidades por resolver na maneira como a Articulação vê tanto a si mesma como às outras tendências do partido.

outras tendências do partido; pelo contrário, o que temos visto é que muitas vezes a Articulação é até mais centralizada (como no V Encontro Nacional, onde a direção da Articulação conseguiu mudar a posição com a qual seus delegados chegaram a respeito da proporcionalidade nas Executivas).

## Definição ambígua

Mas esta não é a única ambigüidade das Resoluções. A própria definição geral da Articulação já é um tanto ambígua: depois de colocar-se, corretamente, como uma tendência ao lado de outras no partido, insiste em que é diferente das outras, que não tem objetivos próprios, a não ser os do PT (ou mais exatamente: os do V Encontro, segundo sua interpretação), e até usa um nome menos claro: "A Articulação".

Mais complicada ainda é a visão que a Articulação tem da situação do partido e das outras tendências. Segundo as